

--- N.º 4/2022 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. -----

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

---**PRIMEIRO** – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

---**SEGUNDO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RELATÓRIO DE GESTÃO 2021 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA A) -----

---**TERCEIRO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Susana Patrícia Silva Ferreira e Cármen Rodrigues Araújo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SILVA COSTA-----

---ANA LUÍSA OLIVEIRA FREITAS -----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO-----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA -----

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----

- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----
- ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----
- ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----
- ARMINDO FERNANDES GOMES -----
- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----
- AVELINO FREITAS SILVA -----
- BEATRIZ SILVA ABREU DE SOUSA -----
- BERNARDINO GOMES MARTINS -----
- BRUNA JOÃO ALMEIDA RIBEIRO -----
- BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----
- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----
- CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
- CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE -----
- CARMEN RODRIGUES ARAÚJO -----
- CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----
- CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO -----
- DANIELA FILIPA MACHADO TORRES -----
- DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
- ELISA MARIA DOMINGUES DA COSTA -----
- ELSA CRISTINA SALGADO LOPES -----
- FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO -----
- FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
- FIRMINO VILA VERDE COSTA -----
- FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
- FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
- JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----

## Assembleia Municipal



---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA -----  
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----  
---JOSÉ EDUARDO FERREIRA RIBEIRO -----  
---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO -----  
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----  
---JOSÉ MIGUEL TEIXEIRA CAMPOS -----  
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----  
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA -----  
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO -----  
---LÚCIA ALEXANDRA ABREU DA SILVA -----  
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----  
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA -----  
---LUÍS SALVADOR AZEVEDO MONTEIRO -----  
---MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA -----  
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----  
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO -----  
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----  
---MANUEL LIMA SOARES -----  
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA -----  
---MANUEL SILVA ALVES -----  
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----  
---MARIA ISABEL DA CUNHA FREITAS SILVA -----  
---MÁRIO AUGUSTO SOUSA MONTEIRO SILVA -----  
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----  
---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----  
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----  
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----

---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS -----

---RICARDO GABRIEL MENDES VALE -----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----

---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA -----

---RUI MANUEL MATOS CARVALHO -----

---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS -----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----

---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----

---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO** - Deu início á sessão, dando conhecimento que, deram entrada na Mesa quatro documentos compostos por uma proposta da Mesa da Assembleia Municipal, um voto de louvor apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, um voto de saudação e uma moção apresentados pelo Grupo Municipal da CDU. -----

---Postas à votação as atas de três de janeiro de dois mil e vinte e dois e vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, foram as mesmas aprovadas, por unanimidade. -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO** – Fez a leitura da proposta da Mesa que é do seguinte teor: -----

---“PROPOSTA:-----

**Considerando que:** -----

1- A Delegação de Vila Nova de Famalicão da Ordem dos Advogados solicitou junto da Mesa da Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão que a questão da **instalação no Tribunal de Vila Nova de Famalicão da Instância Central Cível, Instância Central Criminal e Juízo de Instrução Criminal fosse**

**levada a discussão em sessão plenária, em termos que a Mesa considera pertinentes e de seguida se reproduzem; -----**

*2- ano de 2013, com a (re)organização do mapa judiciário, operada pela Lei 62/2013, de 26 de Agosto, ao Tribunal de Vila Nova de Famalicão foram retiradas competências nas matéria respeitantes às Instâncias Centrais Cíveis (julgamentos cíveis com ações de valor superior a €50.000,00), às Instâncias Centrais Criminais (julgamentos em matéria penal cuja moldura penal ultrapassa os 5 anos de prisão – julgamentos com intervenção do Tribunal coletivo) e o Juízo de Instrução Criminal, obrigando os Advogados e as gentes famalicenses (pessoas singulares e coletivas) a deslocarem-se para a cidade de Guimarães para realizarem esta espécie de diligências judiciais; -----*

*3- As instalações físicas de que é dotado o edifício do Tribunal em Vila Nova de Famalicão são de excelente qualidade, como poucos tribunais no país têm, com dimensão e capacidade de espaço disponíveis para receber as valências judiciais reivindicadas e a reivindicar; -----*

*4- O número de pendências nos juízos centrais, cível e criminal, e no Juízo de Instrução em Guimarães, de processos oriundos de Vila Nova de Famalicão são de ordem numérica muito substancial que justificam a instalação em Famalicão de tais valências; -----*

*5- A criação das Instâncias Centrais Cível, Criminal e Juízo de Instrução defendida pela Delegação de Vila Nova de Famalicão da Ordem dos Advogados será um enorme contributo para uma melhor administração da justiça e para a aproximação da justiça aos cidadãos e das suas necessidades no recurso à mesma, contribuindo para um desonerar dos custos que representa a deslocação e pessoas e bens desde Vila Nova de Famalicão até à cidade de Guimarães para o acesso aos Tribunais; -----*

6- Do ponto de vista da administração e da gestão dos recursos (todos) da Comarca de Braga, a criação em Vila Nova de Famalicão das Instâncias Centrais Cível, Criminal e Juízo de Instrução serão também uma mais-valia para a otimização e eficácia dessas gestão e administração, desde logo porque evitará as viagens constantes e diárias que diversos operadores judiciais têm de fazer para fazer chegar as pessoas e meios (advogados que se deslocam; partes que se deslocam; funcionários judiciais que se deslocam; magistrados judiciais que se deslocam; processos físicos, equipamentos, correspondência, objetos apreendidos resultantes de buscas realizadas em sede de inquérito criminal em Vila Nova de Famalicão, que têm de ser transportados, posteriormente, pelos Órgãos de Polícia Criminal até Guimarães, onde se situa o Juízo de Instrução, por vezes mais que uma vez por dia, dependendo do número de processos e ocorrências agendados e ocorridas em determinados dias), entre outros aspetos que se podem considerar;

7- A instalação em Famalicão dos Juízos Centrais e de Instrução, contribuirá, também, para desonerar e libertar os Órgãos de Polícia Criminal (PSP e GNR) para aquilo que eles são mais necessários, designadamente a prevenção e combate ao crime e a manutenção da segurança de pessoas e bens no concelho de Vila Nova de Famalicão (em vez de servirem de correios humanos no transporte de processos e outros expedientes); -----

8- As gentes Famalicenses ficariam mais bem servidas e mais próximas da justiça com tais Instâncias Judiciais instaladas na nossa cidade; -----

**A Mesa da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão propõe deliberar na Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022 o seguinte: -----**

**- Apoiar a reivindicação da Delegação de Vila Nova de Famalicão da Ordem dos Advogados em requerer ao Estado Português, na pessoa da Sra. Ministra da Justiça, para que seja apresentada na Assembleia da República uma proposta de alteração legislativa no sentido de permitir a instalação no**

**Tribunal de Vila Nova de Famalicão da Instância Central Cível, Instância Central Criminal e Juízo de Instrução Criminal”.**-----

-----  
---**PAULA AZEVEDO (PSD)** – Fez a leitura do voto de louvor que é do seguinte teor: -----

---“Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma ação militar de larga escala contra a Ucrânia. Pela televisão, redes sociais e rádio, começamos a ver e a ouvir notícias que ninguém quer ouvir e ver. Pessoas indefesas, na maioria idosos, mulheres e crianças, viram-se obrigados a deixar tudo para trás. Famílias foram separadas. Aos países que fazem fronteira com a Ucrânia, começou a chegar o maior fluxo de refugiados, visto na Europa, desde a Segunda Guerra Mundial. Era um povo que precisava de ajuda imediata. Foi com orgulho que se observou, que em poucos dias, todos os famalicenses se uniram por uma causa comum: prestar auxílio. Mesmo tão distantes, os famalicenses conseguiram chegar àqueles que mais precisavam naquele momento. Roupas, bens alimentares e de higiene, medicamentos, calçado, roupas para casa... Tudo se conseguiu. Com o trabalho de tantas organizações do município, todo o material foi organizado, embalado e carregado. Seguiu viagem e chegou ao destino. Mais uma vez os famalicenses mostraram que estão atentos às necessidades dos outros, tal como já tinha sucedido com os grandes incêndios de Pedrógão. Mais uma vez os famalicenses ofereceram o que era necessário naquele momento e agora, estão a receber famílias ucranianas com o máximo de respeito e dignidade. Reconhecendo o valor e sentido humanitário demonstrado, o grupo do PSD propõe um voto de louvor a todos os famalicenses”.-----

-----  
---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Fez a leitura do voto de saudação que é do seguinte teor:-----

---“No próximo domingo, comemoram-se os 132 anos do 1º de maio como Dia Internacional dos Trabalhadores. 132 anos de uma incessante, dura e heroica luta dos trabalhadores de todo o mundo pelos direitos e pela emancipação do trabalho, por uma sociedade em que o trabalho, finalmente livre da exploração, constitua a realização plena das capacidades criadoras do ser humano. O 1º de maio e as suas palavras de ordem universais foram historicamente construídos sob a mais violenta repressão, ao preço de incontáveis lutas, sacrifícios, vidas perdidas. Sofreu e sofre recuos de cada vez que as circunstâncias históricas permitem ao grande capital passar à ofensiva. Em 132 anos, o 1º de maio tornou-se a mais alta bandeira da afirmação universal dos direitos do trabalho e do internacionalismo de combate contra a exploração capitalista. E o movimento operário e sindical e a luta dos trabalhadores têm assumido um papel determinante nas conquistas das condições laborais. Hoje, tal como no passado, coloca-se com toda a força a importância da resistência e da luta, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, pela melhoria das suas condições de vida como elemento central do desenvolvimento do futuro do País. Afirma-se simultaneamente a luta pelo objetivo do aumento geral de salários para todos os trabalhadores; da valorização das profissões e das carreiras; do aumento do Salário Mínimo Nacional; o combate à desregulação dos horários e da sua redução para as 35 horas semanais no sector público e privado; do combate à precariedade aplicando o princípio que a um posto de trabalho permanente corresponde um contrato de trabalho efetivo; da garantia dos direitos incluindo o de ação sindical, manifestação e greve; a revogação das normas gravosas da legislação laboral. Linhas reivindicativas a que se associa a defesa e valorização dos serviços públicos essenciais ao bem-estar das populações, nomeadamente do Serviço Nacional de Saúde. Assinalar esta data significa valorizar e dignificar a luta de todos os trabalhadores em geral e, especialmente, dos trabalhadores portugueses e das suas organizações representativas, pelo direito

ao trabalho, por um trabalho com direitos, contra a precariedade e exploração e por melhores condições de vida. Será o demonstrar de um forte apoio a todos os que lutam por esses direitos, por salários justos e pensões dignas, contra o desemprego e a precariedade, pelo emprego com qualidade e pela valorização do trabalho.---- Assim, a Assembleia Municipal de V.N. de Famalicão, reunida a 29 de abril de 2022, delibera: -----

1. Saudar o 1.º de maio, Dia Internacional do Trabalhador. -----
2. Saudar todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos.”-----

-----  
---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Fez a leitura da moção que é do seguinte teor: -----

---“Celebramos abril. A madrugada que tanto esperávamos, emergindo o Povo Português de um dos mais negros períodos da sua História, terminando com uma guerra colonial sem sentido, derrubando o regime fascista e iluminando o rumo do progresso sobre os escombros de uma ditadura desumana.-----

Mas abril não se fez num dia. E por isso, daqui saudamos aqueles que nos deixaram a semente da liberdade: os antifascistas e todos os democratas, homens e mulheres filhos do povo trabalhador, intelectuais e artistas que caíram na luta assassinados pela ditadura fascista; todos aqueles que lutaram pela defesa dos interesses da classe operária e de todo o povo; os que lutaram contra a opressão e o terror, e se bateram pela liberdade de todos os portugueses.-----

Por mais que desvalorizem ou reescrevam, abril foi uma revolução, um momento e um processo de rutura e derrube do fascismo e do que o suportava. Abriu-se portas a profundas transformações na vida de toda a sociedade, e muito concretamente na vida das mulheres. Desde logo a liberdade. Mas depois, a consagração de direitos políticos, económicos, sociais e culturais. -----

Um sentido que viria a ser assumido pela Constituição da República Portuguesa, estando nela inscrita a identidade da Revolução de abril, das suas conquistas e das suas aspirações de progresso, democracia, desenvolvimento e soberania. -----

Celebremos hoje, e para que nunca se esqueça, o resultado de décadas de luta dedicada, corajosa e perseverante do povo português que, mesmo nas condições mais adversas, e sob a censura, a tortura e a repressão, construíram o caminho da revolução.-----

Comemorar abril, é também assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas, mas que ainda hoje se vê ameaçado pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. Comemorar abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. -----

Comemorar abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam. -

A Assembleia Municipal de V.N. de Famalicão, reunida a 29 de abril de 2022, delibera:-----

1.Saudar o 48.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;-----

2.Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local; -----

3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando abril em cada dia de trabalho e de luta; -----

4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios; -----

5. Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas”.-----

-----  
**---RUI SANTOS (PSD)** – O Grupo Municipal do PSD adere na íntegra ao conteúdo, sentido e alcance da deliberação apresentada a esta Assembleia pela Delegação da Ordem dos Advogados de Vila Nova de Famalicão, subscrevendo sem reservas o texto que nos foi apresentado. Sendo que, até por uma questão regimental caso a Mesa assim o entenda, e caso os partidos concordem com isso, o Grupo Municipal do PSD está na disposição de aderir à apresentação de uma proposta conjunta por todos os partidos, subscrita por todos os partidos e contendo o texto integral da deliberação que nos foi apresentada. -----

-----  
**---LUÍS MIRANDA (PS)** – A questão aqui trazida à nossa consideração e deliberação acerca da reivindicação da Delegação da Ordem dos Advogados é por si só uma questão de interesse comum, uma questão que a todos diz respeito e que naturalmente deve merecer o acolhimento por parte de todos os Grupos Municipais. O Partido Socialista desde início que acolheu esta causa que a defende e a subscreverá sem qualquer reserva ou problema de consciência. Sabemos quem são os autores desta questão, o que é que está na génese desta memória infeliz e que hoje nos leva a tomar esta deliberação. No entanto, não nos importa o passado, mas sobretudo o presente e o futuro, lamento que nem todos os Grupos Municipais na Comissão Permanente tenham tido abertura e disponibilidade para acolher esta questão, e ainda bem que desde essa data até hoje, refletiram e demonstraram uma posição diferente e que melhor serve os interesses de todos os famalicenses. De

facto, esta questão não é uma questão que diga apenas e só respeito a uma classe profissional ou a um conjunto de profissionais, diz respeito a todos os que aqui vivem, os que aqui habitam e os que eventualmente pelas suas relações económicas, familiares e pessoais. Não faz qualquer sentido, não se aceita nem se pode conceber a ideia de que por exemplo, estando em questão uma causa judicial que diga respeito a pessoas famalicenses com advogados famalicenses, testemunhas famalicenses, peritos, funcionários judiciais, e que seja em processo de litígio que ocorra cá em Famalicão e tenhamos que nos deslocar a Guimarães quando temos condições para termos essa discussão judicial aqui em Vila Nova de Famalicão. Nesse sentido, reafirmo, o Partido Socialista apoia sem reservas e subscreve esta reivindicação e mais, demonstramos a nossa total disponibilidade e abertura para dialogar com a Delegação da Ordem dos Advogados e levar junto dos nossos órgãos distritais e nacionais esta reivindicação que é de todos os famalicenses. -----

-----  
---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Apresentou intervenção escrita que é do seguinte teor: -----

---“A solicitação que nos foi endereçada pela Delegação de Famalicão da Ordem dos Advogados, tem na nossa opinião, toda a razão de ser. Já em 2014, aquando da revisão do processo civil, havia muitas vozes discordantes, quanto ao desenho do novo mapa judiciário. Mas todos, ou quase todos, sabiam que esta reorganização tinha sido uma imposição da Troika, e já antes, esta medida constava do chamado PEC 4 de Sócrates, que como sabem, foi reprovado e deu origem ao programa de assistência financeira. Portanto, não nos parece correto, quem quer que seja, ouse tentar tirar proveitos políticos desta situação, porque constitui matéria de interesse e vantagens para todo o município, e os partidos do chamado “centrão” têm a responsabilidade repartida. A nós não nos interessa minimamente

explorar o assunto, porquanto parece-nos que a proposta da Mesa da Assembleia e da Ordem dos Advogados vai de encontro aos interesses de todos famalicenses. Todos falam das vantagens em voltar a ter no nosso tribunal as ações cíveis sem o limite dos 50.000 euros, o processo crime e a instrução, tal como pretende a Ordem dos Advogados e todos os profissionais da área da justiça. É uma mais valia para todos, advogados, para as partes e para as testemunhas, tanto mais que as condições do nosso tribunal são como é sabido excelentes. Poder-se-á eventualmente discutir, mas parece-me que esta Assembleia não é o local próprio, se o processo foi mal ou bem conduzido, mas temos sempre que nos recordar que estávamos num período excecionalmente difícil com a Troika a ditar as regras. Aliás, o discurso político depois do chamado “Pacto de justiça” de setembro de 2006, entre o PS e o PSD, posiciona o tema da reforma do mapa dos tribunais judiciais como o eixo que permitirá “alavancar”, diziam eles, as mudanças na capacidade de resposta dos tribunais. Nada disto foi conseguido! Portanto, isto foi um assunto em que PS e PSD andaram sempre de mãos dadas. E todos nós sabemos o estado da justiça atualmente; tribunais encerrados no interior, taxas de justiça proibitivas, falta de funcionários judiciais, juízes escolhidos a dedo para certos casos mediáticos e processos que se arrastam no tempo, provocando invariavelmente prejuízos aos cidadãos e às empresas. Todos falam em reformas. É preciso reformar a justiça, a administração pública, o setor da saúde, modernizar as forças armadas, etc. etc..., mas aquilo que temos assistido de forma incrédula, porque constitui um retrocesso, é as constantes faz e desfaz, reforma e reverte. -----

Em conclusão, apoiamos sem qualquer reserva a pretensão da Ordem dos Advogados e a proposta da Mesa da Assembleia Municipal”. -----

-----  
---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Um cumprimento especial para a senhora

Presidente da Ordem dos Advogados, Dr.<sup>a</sup> Liliana do Fundo, e para todos os Advogados aqui presentes. Foram tiradas competências ao Tribunal de Vila Nova de Famalicão.-----

Com isto veio ocupar a PSP e GNR com o transporte de processos para os tribunais de Braga e Guimarães. Os Famalicense e seus advogados precisam deslocar-se às cidades vizinhas para tratarem dos seus processos.-----

O Tribunal de Famalicão é um dos melhores tribunais do país em termos de instalações, que são próprias do Estado, ao contrário do Tribunal de Guimarães que paga renda pelas suas instalações. A Câmara Municipal cedeu o terreno para a construção do tribunal de Famalicão e custeou uma parte dos seus arranjos exteriores. -----

O CDS-PP vota a favor da pretensão da Ordem dos Advogados para a instalação no Tribunal de Vila Nova de Famalicão dos Juízos Centrais Cível e Criminal bem como do Juízo de Instrução Criminal. -----

-----  
**---ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – O PSD sempre apoiou o 1º de maio e continuará a apoiar. Mas a CDU vem-nos com uma saudação para o 1º de maio que nós votaríamos favoravelmente sem qualquer problema não fossem os considerandos do próprio voto. Atendendo ao respeito que temos pelo 1º de maio e àquilo que ele representa para todos nós, vamos abster-nos na votação deste documento, e sugerindo à CDU que numa próxima vez não inclua determinados princípios dentro de votos que eram perfeitamente consensuais. -----

Relativamente à moção da CDU, teremos que votar contra e não é por estarmos contra as comemorações do 25 de abril, é mais uma vez pelos considerandos e desta vez não podemos ultrapassar esta questão. Achamos que esta questão das Freguesias e a divisão administrativa do Concelho, é um assunto que em 1ª instância tem de ser analisado pela Freguesias, pelas Juntas de Freguesia, pelas

Assembleias de Freguesia, e a Assembleia Municipal ou quem quer que seja não deve forçar nesta matéria e deve sim, aguardar a decisão do Povo e a decisão das Freguesias. Daí que não podemos votar esta moção, porque esta moção iria obrigar-nos aqui a votar um ponto que tenha a ver com as Freguesias, em que é dito que seriam devolvidas as Freguesias liquidadas. Além de não concordarmos com os termos, também não concordamos com o conteúdo. -----

-----  
**---JORGE COSTA (PS)** – O PS é óbvio que se solidariza com a Ucrânia e com este voto de louvor aos Famalicenses por aquilo que têm feito, deste modo não poderíamos de deixar de apoiar este voto. -----

Também iremos votar favoravelmente o voto de abril da CDU, sem, no entanto, tecer também as mesmas reservas que aqui já foram conhecidas pelo PSD. Na verdade, a CDU, esqueceu-se que o António Costa já anunciou a realização do referendo para 2024 quanto à regionalização e não quer assumir protagonismos antecipados, mas de verdade que António Costa é o único que até ao momento deu o passo decisivo no sentido de apresentar ao País a concretização daquilo que pode vir a ser a regionalização. Esperemos que a CDU nessa altura apoie o fenómeno e o referendo ao lado do PS, e o PSD também. De qualquer das formas também percebemos aqui a contenção do processo de regularização das Freguesias liquidadas, percebemos aqui que aquelas que quiserem e aquelas que ao abrigo da nova lei assim o utilizarem poderão reverter a situação, mas tudo depende, antes, de uma tomada de deliberação partilhada pelos próprios Órgãos Autárquicos. Ainda uma terceira reserva para o voto de abril, a CDU continua a falar do fascismo, mas a CDU tem de aprender o seguinte: a luta contra o fascismo não é um exclusivo do PCP. Fizeram-na também vários partidos da oposição através de pessoas hoje ligadas desde o CDS, PSD, PS, mas também meramente integrantes da sociedade civil. O PCP não é “dono” da luta antifascista. -----

-----  
---**RICARDO COSTA (CDS/PP)** – Quero transmitir a posição do CDS em relação aos três pontos que ainda não foram transmitidos, naturalmente acompanhamos o PSD no ponto que apresentou a esta Assembleia. -----

---Relativamente aos votos da CDU, a CDU veio cá hoje fazer aqui um ato de contrição, por aquilo que fez desalinhado de toda a gente na passada segunda-feira apesar de vir com cinco dias de atraso tentou aqui fazer um ato de contrição, mas ficou pela “mea culpa”, nem disse que sim, nem disse que não. Efetivamente por todas as razões e hoje por mais uma, acho que a CDU continua a viver há trinta anos atrás, há cinquenta anos atrás, um discurso atrasado. Agora vir aqui fazer uma “mea culpa” e vir aqui apresentar-nos argumentos e violenta repressão do capitalismo e de muitas outras coisas. Que diremos nós ao vermos as notícias da Rússia, de Cuba e de outras localidades. -----

-----  
---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Senhor Deputado, vamos agradecer o protagonismo a que nos tem evidenciado, mas a vossa política tem sido da mais desonesta, da mais mentirosa, caluniosa que possa ter existido. Esclarecer aqui que o PCP nunca foi a favor da guerra muito pelo contrário, e devo recordar a vossa memória, a vossa posição daquilo que vocês votaram quando foi a guerra do Iraque, se bem se recordam, que a posição do PCP foi bastante clara e vocês contrariamente àquilo que estão a apelar hoje porque vocês não são contra a guerra, vocês são anticomunistas e isso é bem claro. Relativamente àquilo que são considerados considerandos, coisas, indicações e outros termos que vocês usam, isto não é uma cassette, isto são reivindicações dos trabalhadores, porque se vocês consideram o aumento geral dos salários aos trabalhadores, a valorização das profissões e das carreiras, o aumento do salário mínimo nacional, o combate à exploração dos horários, se vocês consideram isto políticas velhas se calhar nós temos é que

combater a vossa política velha. Estas reivindicações e aquilo que vocês dizem que é a nossa tal cassette, isto são reivindicações muito claras dos trabalhadores, e aquilo que eu vos convidaria era estarem presentes por exemplo, numa greve dos trabalhadores da Tesco, da Mabor, provavelmente aí vocês ficariam muito mais esclarecidos daquilo que são considerandos, coisas ou cassetes. Relativamente à moção do 25 de abril, aquilo que eu vos posso propor ao Grupo Municipal do PSD é votarmos ponto a ponto e aí veremos se são contra o 25 de abril. -----

-----  
**---ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Era só para dizer que o PSD aceita o repto.  
-----

**---JOÃO NASCIMENTO (CDS/PP)** – Senhora Deputada da CDU, Tânia Silva, eu confesso que estava com algumas dificuldades em perceber por onde hei-de começar. Mas eu vou começar pelo início, não vou a 1917, mas mais tarde um bocadinho, e deixe-me dizer-lhe isto senhora Deputada, ao contrário do que dizem lá no Comité Central ninguém defende mais os trabalhadores do que os Partidos Democráticos em Portugal, ninguém. Portanto, a defesa dos trabalhadores não é um exclusivo da CDU, ou do PCP, ou do Partido dos Verdes, como não é o 25 de abril e qualquer dia estão a dizer que é o 25 de novembro e se quiser lutar por esta eu sou o primeiro a defender. Vem a senhora Deputada ou o Grupo Municipal com um voto remetendo a 132 anos atrás, portanto, a 1890, falando de uma exploração capitalista, de um trabalho livre de exploração. Oh! senhora Deputada, eu presumo que a senhora é comunista por convicção, sendo comunista por convicção eu presumo que só pode conhecer a história do seu Partido. Deixe-me dizer-lhe, depois de 1890 chegamos a 1917, 27 anos depois, os termos “*kolkhozes e sovkhoses*” diz-lhe alguma coisa, não diz pois não! Não pode dizer, porque se dissesse não vinha dizer o absurdo que veio aqui dizer, não venha aqui com esse tipo de interpelações. É um voto que reflete completamente aquela doutrina

Comunista típica do século XX, nós sabemos como é que se desenrolou e como é que acabou, toda a gente sabe, e depois de tudo aquilo ainda consegue vir aqui dizer, ultrapassamos aqueles anos todos da década do século XX, com uma exploração capitalista e um trabalho livre de exploração, isto é qualquer coisa que nós não conseguimos perceber e daí a minha dificuldade no pensar e, portanto, a posição do CDS é muito clara relativamente a este voto. -----

Relativamente à moção de abril, o meu colega Deputado, Ricardo Costa disse e muito bem, que foi uma tentativa de um ato de contrição, mas a senhora Deputada perdeu aqui uma oportunidade para tentar fazer um segundo discurso do 25 de abril, percebeu-se, tentou, mas desperdiçou aqui uma boa oportunidade. Há coisas que estão impregnadas no partido Comunista Português desde sempre que nós não conseguimos perceber, mas também não queremos. Agora, admira-me, relativamente à posição do Partido Socialista, um partido democrata, o senhor Deputado, Jorge Costa, teceu aqui alguns considerandos fulcrais sobre os votos do PCP, o que me admirou foi que depois de os tecer chegou ao fim e disse votamos a favor. Senhor Deputado, nós celebramos o 25 de abril, os discursos do CDS começaram nesta Assembleia, no dia 25 de abril celebremos abril de 74, e o senhor sabe porque faz parte de um Partido Democrata como o nosso, nós celebramos o 1º de maio, e o que nós não aceitamos são estes considerandos do Partido Comunista.-----

-----  
**---JORGE COSTA (PS)** – Eu recomendo aos Partidos à Esquerda e à Direita que leiam “Marx” e a mensagem foi utópica e filosoficamente decorrente do “Das Kapital”, mas isto não se confunde com o Leninismo e portanto, é preciso reler tudo isso da luta de classes e afins, eu até me dispunha a ir aos Partidos dar uma formação sobre isso, mas não quero dar aulas. Mas fica aqui o seguinte, senhora Deputada, é claro que nós apoiamos a invasão do Iraque depois da tomada do

Kuwait. Mas isto é confundível a qualquer tipo com a invasão da Ucrânia? De qualquer das formas quanto à aprovação dos votos, o PS, também nem de oito nem de oitenta, não ignora na clandestinidade a luta do PCP em prol dos trabalhadores, não ignora e valoriza, sempre que o PCP ou alguém se manifestar no sentido de apoiar a luta dos trabalhadores, a luta laboral, direitos adquiridos da força do trabalho, o PS de novo como único partido social-democrata estará sempre presente e apoiará. -----

-----  
**---JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Muito rapidamente, desde já o CHEGA vota naturalmente contra todas as propostas da CDU, não é só por uma questão de princípio, mas porque hoje tenho de dormir com a consciência tranquila. Além disso, venho demonstrar todo o repúdio pelo conteúdo da mensagem que nos foi entregue, esta ladainha já dura há mais cinquenta anos e não nos interessa minimamente, isto é, como dizem os Franceses é “*Démodé*”, não tem aplicação em lado nenhum, senhora Deputada! Mas mais exploração capitalista, do que está a falar? Da festa do Avante, e dos que trabalham de borla e não pagam o Iva? Está a falar do Património Imobiliário do PCP isento de IMI? Valorização do trabalho, sim senhora Deputada, constitua uma Empresa e depois fale da valorização do trabalho. Diga-me qualquer coisa quando constituir a Empresa. Senhora Deputada, como dizia o Deputado, Jorge Costa e um Deputado do CDS, fale de problemas concretos, porque a senhora é uma fantasia, a senhora e o Partido Socialista. Ainda na cerimónia da sessão solene do 25 de abril, foi penoso ver e ouvir um militante do Partido Comunista, um jovem que tinha por obrigação de estar clarificado quanto às ideias, quanto ao progresso e àquilo que se passa, e já doutrinado com uma lavagem cerebral, inacreditável, foi decadente. Portanto, em relação às propostas da CDU, vamos naturalmente votar contra. A proposta do PSD, vamos votar a favor e a proposta da Ordem dos Advogados também votamos a favor. ---

-----  
---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Só para dizer ao senhor Deputado do CHEGA, vejo que trouxe muita claque, e dar-lhe um alerta, a cada palavra fascista o PCP subirá mais alto.-----

-----  
---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO** – Relativamente à proposta da CDU do 48º aniversário do 25 de abril, a proponente aceitou que fosse votada ponto a ponto, deste modo iremos fazer cinco votações do ponto 1 ao ponto 5. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL RELATIVAMENTE À REIVINDICAÇÃO DA DELEGAÇÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.** -----

-----  
---**POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA RELATIVAMENTE AO VALOR E SENTIDO HUMANITÁRIO DEMONSTRADO PELOS FAMALICENSES PARA COM O POVO DA UCRÂNIA FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.** -----

-----  
--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE SAUDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE AO 1º DE MAIO-DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM DEZANOVE VOTOS A FAVOR, OITO VOTOS CONTRA E TRINTA E OITO ABSTENÇÕES.** -----

**--- POSTA À VOTAÇÃO POR PONTOS A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE AO 48º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL: -----**

**-PONTO 1 - FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM SESSENTA E OITO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----**

**-PONTO 2 - FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR E OITO VOTOS CONTRA. -----**

**-PONTO 3 - FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR E SETE VOTOS CONTRA. -----**

**-PONTO 4 - FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM SESSENTA VOTOS A FAVOR E NOVE VOTOS CONTRA. -----**

**-PONTO 5 - FOI O MESMO REJEITADO, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS CONTRA, UM VOTO A FAVOR E DEZASSEIS ABSTENÇÕES. -----**

-----  
--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da:-----

**-----ORDEM DO DIA -----**

**--- PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----**

**---PAULO PINTO (PS) – Senhor Presidente da Câmara, fomos confrontados há uns dias com uma auditoria da Inspeção Geral das Finanças relativamente às transferências para as Freguesias e que se reporta ao ano de 2019. Desta auditoria da Inspeção Geral das Finanças, considerou que havia práticas ilegais, mas podemos ser mais simpáticos, práticas não legais. A minha pergunta é**

simplesmente esta, estas práticas não legais também aconteceram nos anos seguintes de 2020 e 2021?-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Posso desde já deixar algumas notas relativas a esta matéria. Primeiro, o relatório da Direção Geral das Finanças demonstra bem aquilo que fazemos e passo a ler aqui aquilo que é muitíssimo relevante, aliás, este relatório vem explicar bem e trazer a nu aquilo que nós normalmente somos acusados, e leio os três pontos que a DGF reconhece como muito positiva como boa prática a nível nacional: - “A IGF reconhece que uma das apostas do Executivo Municipal, tem sido auxiliar as Freguesias a realizar eventos de promoção das suas dinâmicas coletivas e de valorização das características que as diferenciam, tendo vindo a reforçar investimento neste domínio e ao nível da sua capacitação institucional e tendo em vista melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. O Município de Vila Nova de Famalicão cumpriu os princípios da igualdade e da não discriminação da prossecução do interesse público nos contratos com as Freguesias. A informação contabilística do Município de Vila Nova de Famalicão é consistente com a das Freguesias, pois não foi identificado qualquer passivo legível de curto prazo ou despesa omitida”. Portanto, eu não sei, depois de ler aquilo que a IGF escreveu e que eu acabei de ler, o que é que isto tem de ilegal. Apenas houve recomendações, que estão corrigidas porque já foram inclusive a reunião de Câmara Municipal nomeadamente, a Câmara Municipal não mostrou evidências da relação de estudos legalmente exigíveis na delegação de competências, um formalismo completamente insignificante, mas que a Câmara Municipal na reunião de 24 de março já efetuou por forma a que fosse corrigido este formalismo, falta garantir o efeito controlo e monitorização dos acordos de execução dos contratos interadministrativos através da verificação e elaboração de relatórios de acompanhamento já documentado em 2022 com a criação da respetiva ficha de

avaliação, não identificado com rigor à afetação que as Freguesias dão à verba livre, estamos a corrigir este aspeto dialogando com as Freguesias, não tem a ver com a Câmara Municipal como sabem. Falta promover a obtenção sistemática de informação junto das Freguesias sobre as obras efetuadas em património de modo a que possam ser refletidas no património municipal, está a ser recolhida informação pela divisão das Freguesias para ser comunicado ao património, é importante, mas não é, com certeza que concordamos todos, de enorme relevância, não estava designado um gestor de procedimento conforme previsto no CRCA, mas já foi nomeado em 2022. Portanto, isto obviamente, não tem nada a ver com aquilo que o senhor Deputado disse, estão aqui os pontos fracos e os pontos fortes explícito para todos, é isto que diz o relatório da IGF. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Fez intervenção escrita que é do seguinte teor:-----

---“Senhor Presidente, há poucos dias os presidentes de Câmara dos municípios que compõem o Quadrilátero Urbano – Barcelos, Braga, Famalicão e Guimarães – defenderam publicamente a construção de um metro de superfície que una estes concelhos. Segundo notícias publicadas, os presidentes destes quatro municípios decidiram solicitar estudos técnicos junto da CCDRN e do Eixo-Atlântico e apresentar esta ideia de investimento junto do Governo central, nomeadamente ao Ministro das Infraestruturas e ao Ministro da Coesão Territorial. -----

Sustentam, e bem, “que os diversos governos do país, independentemente da sua composição partidária, não têm feito o investimento necessário, longe disso, nesta que é a terceira maior comunidade do país, onde residem mais de 700 mil pessoas. Assim, entendem que está na hora de o Estado Central corrigir esta discriminação negativa e tratar a região minhota como o tem feito nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto”, mas adiantam uma proposta - mais uma - que vem novamente dispersar a discussão com novos projetos e iludir a necessidade de investimentos

há muito reconhecidos como necessários, em torno dos quais já existem estudos técnicos e decisões políticas, incluindo previsão em PDM. -----

Com esta proposta “avulsa” de opção pelo investimento num metro de superfície em alternativa ao comboio, os presidentes de câmara em causa apenas vieram contribuir para criar mais ruído e confusão. Aliás, a proposta da designada ligação por metro tão-pouco tem qualquer enquadramento ou aferição prévia nos órgãos autárquicos!-----

Alertamos que o metro de superfície implicaria a duplicação de interfaces de transporte público: ferroviário, metro e rodoviário, em vez de apenas um nível de interface ferroviário e rodoviário, mais atrativo e mais fácil de operar, neste tipo de ocupação urbana.

Ao longo dos últimos anos, em diversos momentos, por proposta da CDU e de outras forças, vários dos órgãos municipais destes concelhos deliberaram reclamar o investimento nos meios ferroviários, ora em oposição ao encerramento de linhas, ora reclamando a conclusão da ligação ferroviária entre os concelhos do Quadrilátero Urbano. -----

Senhor Presidente, arriscámo-nos a ver “passar” os fundos comunitários PRR e Portugal 2030, pois só o arranque do processo de criação de uma estrutura do tipo Metro ligeiro pode demorar uma década, à semelhança do Metro do Porto. -----

- Importa agora saber se, e tendo em conta que o Governo tem ao seu dispor meios excepcionais para realizar investimento nos transportes públicos e em que afirma o desenvolvimento do transporte ferroviário como desígnio nacional, não deveria ser prioridade desta Câmara reclamar a concretização da ligação ferroviária direta entre os concelhos de Braga e de Guimarães assim como o fecho da malha ferroviária com uma linha de concordância para Barcelos de modo a fechar o Quadrilátero Urbano? E uma ligação à futura estação da linha de alta velocidade Porto – Vigo?-----

- Tendo em conta a disponibilização de fundos comunitários no imediato para a ferrovia, avançar para um suposto inovador projeto de metro não se trata de marketing e na prática resulta no adiamento da solução?” -----

**---JOSÉ CAMPOS (PS)** – Gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara sobre um assunto que me preocupa e a todos os famalicenses. Tem sido um transtorno para quem circula no centro da Cidade diariamente. As obras no centro da Cidade já foram alvo de sucessivos atrasos, recentemente foi pedida uma prorrogação por mais 90 dias e o seu valor já ultrapassa os 9 milhões de euros. Senhor Presidente, pode garantir a todos os famalicenses que nestes 90 dias a obra ficará concluída e a sua despesa não irá aumentar?-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Relativamente ao metro de superfície, ou eu interpretei mal, ou a Senhora Deputada já tem um estudo que demonstra que a ferrovia é mais barata que o metro, agradecia que me enviasse. Os estudos que temos já preliminares, é que o investimento numa linha de metro que existe canais muito mais estreitos, muito menos exigentes e é muito mais barato, de todo o modo, por isso se decidiu, os quatro Presidentes de Câmara do Quadrilátero Urbano que iríamos desenvolver um estudo em conjunto com a CCDR - o Eixo Atlântico por forma a que saibamos exatamente aquilo que é necessário fazer. Agora os estudos preliminares demonstram que o investimento é menor que no caso do metro de superfície que terão de criar canais para a ferrovia que é muitíssimo mais exigente sob o ponto de vista dos Planos de Diretor Municipais destes quatro Municípios. É digamos aquilo que temos em mente, mas se porventura, tem um estudo que diz o contrário agradecia que me enviasse.-----

---No que diz respeito às obras na Cidade, já temos falado muitas vezes acerca desta matéria, como é sabido temos entregue partes da obra à população, aos nossos concidadãos famalicenses, neste momento temos cerca de 70% da área acabada e faltando cerca de 30%, quero acreditar obviamente, que nos próximos

50 dias teremos concluído a obra, a parte do subsolo era aquela que nos trazia muitas surpresas como trouxe por falta de drenagem, quem esteve há 30 ou 40 anos antes de nós esqueceu-se que havia gerações vindouras, nós iríamos precisar dos cadastros para que os gabinetes de projetos e os técnicos devidamente habilitados e competentes pudessem desenvolver os projetos de especialidade, não o fizeram e tivemos muitas surpresas, por isso o acréscimo do valor da obra, como é sabido foi adjudicada por 8,5 milhões de euros. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Fez intervenção escrita que é do seguinte teor: -----

--- “O custo de vida aumenta, o povo não aguenta! É preciso produzir, para o país progredir! -----

Os lucros a aumentar, sempre os mesmos a pagar! Foram algumas das frases que mais se ouviu no desfile das Comemorações Populares do 25 de Abril! É curioso, mas também assustador, que ao mesmo tempo que as palavras de ordem eram ditas em uníssono pelos participantes, a nossa memória nos faça recordar que, há não muito tempo atrás – no tempo da TROIKA, os problemas e reivindicações já eram estes! Parece-nos agora que se muito se avançou, ainda mais se recuou! Não é por acaso, que segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística apontam os aumentos de preços como o valor mais elevado desde junho de 1994, quase três décadas atrás!-----

O ano de 2022 abriu com um vasto aumento de preços de bens e serviços essenciais que se acrescentam a outros aumentos verificados ao longo de todo o ano de 2021. Este aumento de preços que os trabalhadores, os reformados e as famílias sentem nas suas vidas, constitui um elemento incontornável na vida nacional que torna obrigatório que se tomem opções que promovam a recuperação do poder de compra, o combate à pobreza, a melhoria do bem-estar da população. -----

Os aumentos no preço das rendas de casa, da energia, das telecomunicações, das portagens, dos transportes públicos, dos serviços de inspeção automóvel, dos combustíveis, dos alimentos, do vestuário, são alguns dos exemplos.-----

Não é preciso muita ciência para perceber que é o custo de vida, medido entre o pouco que se recebe e o muito que se precisa gastar, que impede tantos e tantos jovens casais de poderem decidir livremente ter filhos.-----

Há quem afirme, e passo a citar, somos “jovens com pensamento velho”! É caso para perguntar: “Mas os problemas e reivindicações do povo são novos?” É que as propostas e soluções que estes “jovens velhos” apresentam ao País vão ao encontro da realidade com que se confrontam milhões de portugueses. Estará sim, na hora de resolvermos as políticas velhas. Posto isto Senhor Presidente, enquanto o poder central convergidos com outros partidos, não procura soluções para uma outra política económica que reduza o grau de dependência externa, que não procure impedir o aproveitamento e as subidas especulativas dos preços, ou até mesmo, reverter a Lei das Rendas do Governo PSD/CDS, o Grupo Municipal da CDU gostaria de colocar algumas questões. Sabendo que o poder local não tem autonomia suficiente para combater este aumento de custo de vida, existe umas quantas ferramentas que o município pode tomar como medidas, e por isso, gostaríamos de questionar: -----

- Que medidas tem a Câmara Municipal consideradas como forma de auxiliar e aligeirar as despesas das famílias famalicenses? Por exemplo, nos custos sobre a água, transportes públicos, saneamento ou resíduos sólidos.-----

- Este aumento do custo de vida, que impacto terá nas taxas e tarifas aplicadas aos municípios? É que socorrendo até do Relatório de Contas de 2021, percebe-se o aumento da receita deste município em cerca de 35,6%. -----

- E o Imposto Municipal sobre os Imóveis? Assunto que a maioria tem sido insensível às sucessivas propostas da CDU de baixar o IMI para 0,30%. -----

- Olhando também para o comércio local, sente-se na voz dos comerciantes e feirantes as dificuldades sentidas nos últimos tempos para assegurar os seus negócios. Até como impulso e valorização destes, não pode esta câmara reduzir os custos associados à sua atividade?”-----

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Fez uma intervenção escrita que é do seguinte teor:-----

---“A nossa intervenção de hoje vai no sentido de obter, se possível, alguns esclarecimentos sobre a matéria em discussão, porque se afigura de importância capital para a nossa cidade.-----

O Chega tem tido a preocupação de se inteirar da situação, auscultando varias pessoas avalizadas, com competências na área, no sentido de obter respostas satisfatórias que nos permitam formular uma opinião e porventura apresentar alguma proposta.-----

A nossa forma de estar na política, não sendo nenhuma originalidade, não inclui o género literário das “Cantigas de escarnio e maldizer “com que certas forças partidárias, como o partido socialista à cabeça, constantemente utiliza, espreitando já qualquer coisa para daqui a 4 anos. Já o dissemos, queremos estar pela positiva, contribuindo, regateando aqui e ali quando não concordamos com o rumo dos acontecimentos. Pois bem, as investigações que fizemos, porque não temos acesso a grandes informações, foram inconclusivas. Uns falam em falta de profissionalismos do “Dono da obra” com tudo o que este conceito engloba, outros referem as deficiências do projetista, do relatório das especialidades e a falta ou negligente fiscalização.-----

Outros vão mais longe e referem pormenores técnicos que não foram minimamente acautelados; falam por exemplo do ferro estrutural que não tinha o diâmetro adequado, de caleiras (sim no chão são caleiras) sem abertura suficiente para escoar a água, e sobretudo da escolha da pedra, segundo alguns, errada, quer na

zona pedonal, quer na zona onde passa transito (em frente ao antigo posto de turismo) porque dizem que um qualquer veiculo de 3,5 mil Kg carregado, irá causar estragos. Outros ainda referem a nova conjuntura que inflacionou de sobremaneira as matérias-primas. A nós, mais do que todos os atrasos ou constrangimentos que estas obras possam acarretar, interessa-nos saber se vai considerar investimentos adicionais no sentido de dinamizar o centro da cidade, porque não basta renovar, reestruturar para ser atrativo e chamar gente. A nós interessa-nos saber, por exemplo, se o Made In vai apoiar projetos para novos negócios de comércio, ou vai ter um departamento na vereação do turismo especificamente vocacionado para a dinamização do centro. Senhor Presidente, não querendo fazer a apologia de mim mesmo, considero-me um cidadão do mundo, já vi muitos centros de cidade (tal como todos vós) e é a partir da dinamização do centro nevrálgico que tudo acontece. -----

Famalicão precisa daquele “Clique” qualitativo para se tornar numa cidade verdadeiramente europeia, em segurança, ecológica e verde como fora outrora. Mas para nós, mais do que atrasos de obra, arrelia popular, orçamentos retificativos, ou ruído politico, interessa-nos saber quem anda a minar o trabalho de vossa excelência, porque é notório e evidente, andam areias na engrenagem. Estamos fartos desta gente que não contribui e só obstaculiza. Só para que fiquem descansados, diria a mesma coisa fosse qual fosse a cor do elenco camarário, porque também somos os primeiros a reconhecer o bom trabalho que o administrador hospitalar tem feito e que está ligado ao PS. Senhor Presidente, se nos permite a ousadia, um conselho; corra com esta gente, mas corra já, sob pena de ser penalizado no futuro. Corra sem dó nem piedade.”-----

**---JORGE COSTA (PS)** – O senhor Presidente da Câmara não tem tempo, mas a resposta poderá fazê-la no ponto seguinte. Ao jeito da RTP Memória, Vossa Excelência invocou aqui o passado de há não sei quantos anos atrás, e eu comecei

a fazer contas de sumir e vi de imediato que os edis que me antecederam antes do 25 de abril que por omissão não fizeram o registo cadastral que se faz do subsolo, a maioria deles eram do PSD. Portanto, eu queria perguntar ao senhor Presidente, se quando invocou essa negligência e esse mau trabalho do passado, se se estava a referir a José Marinho, a Agostinho Fernandes, a Armindo Costa ou a Paulo Cunha, porque um deles deve ter sido. Ou Vossa Excelência só viu o período do PS e é a esse que se está a referir, é preciso haver seriedade nestas coisas, há mais de vinte anos que esta Câmara é vossa. Queira por favor com amabilidade responder a quem se estava a referir.-----

**---JOSÉ CAMPOS (PS)** – Senhor Presidente de Câmara, depois da sua intervenção percebemos que o seu mandato não é exercido com planeamento, percebemos que é um ato de fé.-----

**---PEDRO SANTOS (PSD)** – Obras no centro da Cidade. Pelo impacto na paisagem urbana, estas obras, integram o grupo das principais intervenções urbanas da nossa cidade, com o Parque da Cidade à cabeça, mas onde merecem especial referência o Parque da Juventude e o Parque de Sinções. -----

Quanto ao aumento do seu custo, é preciso distinguir duas coisas: -----

-Revisão de preços, sustentado no brutal aumento dos preços das matérias-primas, por força num primeiro momento da pandemia, e agora, num segundo momento por força da Guerra na Ucrânia. -----

-Trabalhos a mais ou trabalhos complementares: -----

Os trabalhos a mais, obviamente não são desejáveis, mas em qualquer empreitada de obra pública, são praticamente inevitáveis, e nestes casos em particular, com as características desta obra, os mesmos, tem que ser revistos. Acontece em obras de raiz e acontece ainda com mais frequência em obras de reabilitação, mais suscetíveis a imprevistos, mas também por força de adaptações decididas no decorrer das obras. Sempre foi assim. O que nos surpreende é o PS indignar-se

com visível entusiasmo, e votar contra estes trabalhos complementares, absolutamente necessários, e que representam apenas um pouco mais de 11% do valor total da empreitada.-----

Recordamo-nos bem, e pergunto ao Senhor Presidente, se não houve trabalhos a mais no tempo da governação desta Câmara pelo Partido Socialista, e estas, eram sempre em percentagens muito superiores aos valores desta revisão. Como exemplo, recordamo-nos da construção do Pavilhão da ETAR, que teve trabalhos a mais equivalentes a 46% do valor inicial do contrato. Já ninguém se lembra! ---

O Auditório Municipal, teve três contratos adicionais que encareceram a obra em perto de 800 mil euros (2 milhões 768 mil euros valor inicial) o equivalente a 27,5%. Já ninguém se lembra!-----

Escola pré-primária de Brufe com trabalhos a mais na casa dos 23,4%, e podíamos continuar!-----

E sobre as medidas preconizadas e já avançadas por esta Câmara Municipal em diversas matérias, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, se não estão já a ser implementadas as seguintes medidas:-----

-Apoio à renda dos agregados familiares. É ou não verdade Senhor Presidente? --

-Pergunto ao Senhor Presidente, se não está já a implementar, as medidas no âmbito da faturação de água, águas residuais e resíduos sólidos, como a suspensão de avisos de corte, prolongamento do pagamento das faturas, alargamento do 1º. Escalão do consumo de água e saneamento;-----

-Pergunto ao Senhor Presidente, se não lançamos já as medidas no âmbito do alargamento do valor atribuído às bolsas de estudo a quem apresentou redução do rendimento do agregado familiar fruto da pandemia;-----

-Pergunto ao Senhor Presidente, se este Município, não é recorrentemente destacado pela sua eficiência financeira, que mostra bem o trabalho que tem sido desenvolvido. Por isso, o nosso concelho é atrativo, e promove a fixação de

empresas e de pessoas pelas suas políticas fiscais, como é exemplo a redução do IRS para 4,5%, com o conseqüente crédito fiscal de 0,5%, o que equivale a uma redução de 10% na quota parte municipal da taxa de IRS que incide sobre o rendimento das pessoas singulares. Alargamento, da isenção da derrama nos atuais cento e cinquenta mil euros, para todas as empresas com um volume de negócios igual ou inferior a duzentos e cinquenta mil euros, quando, a maior parte dos concelhos aqui ao lado taxam as empresas com volume de negócios igual ou inferior aos duzentos e cinquenta mil euros. -----

-Pergunto ao Senhor Presidente, se não tem linhas de apoio a empresários e empreendedores, no âmbito do programa Famalicão Made In. E por último, pergunto ao Senhor Presidente, pois poderia elencar ainda uma série de outras questões pelas medidas já implementadas, se não foi já criado um programa de incentivo ao consumo de produtos locais. Muito obrigado Senhor Presidente. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Senhora Deputada da CDU, fez aqui um discurso do 25 de abril passado uma semana. Veio aqui um miúdo fazer o discurso no 25 de abril que devia ter chegado da noite pelo aspeto que ele vinha, passou a noite em alguma discoteca até de manhã, e apareceu aqui de manhã com aquele discurso que lhe colocaram na mão para ele ler aquilo, com muita dificuldade que até se perdia no discurso, aquilo não era o discurso dele parecia de há cento e cinquenta anos e não percebe nada do 25 de abril porque não viveu antes do 25 de abril. Eu vivi antes do 25 de abril e lembro-me bem como era, lembro-me agora, as pessoas de bem trabalham não veem com um discurso do 25 de abril da noite. Portanto, isto não é exemplo nenhum para o Partido comunista vir aqui falar em coisas que já passaram e têm mais de cinquenta anos. -----

---Senhor Deputado do Partido Socialista, eu vou-lhe explicar, porque é uma área que eu domino bem sobre as obras no centro da Cidade. A respeito das obras da Cidade, as empresas das obras públicas com o Covid perderam 30% da sua mão-

de-obra, porque hoje estão 10 com Covid, para a semana estão outros 10 ou 15, as empresas das obras públicas perderam cerca de 30% de mão-de-obra para trabalhar nas obras públicas. Por isso, já foi aprovado no modelo o reequilíbrio financeiro que prolonga o prazo para continuar a obra mais tarde, e não é responsabilidade da Câmara Municipal. A Câmara Municipal entregou a obra e certamente queria que ela se fizesse no prazo, os mais sacrificados aqui não são os Políticos, são os comerciantes no centro da Cidade, só que eles no futuro vão ser recompensados com esta obra no centro da Cidade. Ainda a respeito na obra do centro da Cidade, o senhor Presidente de Câmara vai pagar mais oitocentos mil euros em nove milhões de euros dá cerca de 10%, mas o apoio financeiro vai ter de o pagar porque é de lei e o Covid faz o desequilíbrio financeiro no prazo da obra e mais custos para a Câmara Municipal. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO –**

Senhora Deputada Tânia Silva, relativamente à Mesa, não tem razão relativamente a isso, eu esperei nas duas páginas que leu que fizesse as perguntas ao Presidente da Câmara. Eu não posso adivinhar se a senhora Deputada vai acabar com uma questão ou não, eu peço que termine com uma questão. -----

**---TÂNIA SILVA (CDU) –** Solicitou a palavra para defesa da honra. -----

--- Senhor Deputado Armindo Gomes, quantos anos de política o senhor tem? É que você, pode ter vivido o 25 de abril, mas faltou muitas vezes à escola e não tem educação. Aliás, não me conhece de lado nenhum para se dirigir à minha pessoa desta forma, o que é isto de portugueses de bem, de andar na noite. Como é que você define um português de bem ou de andar na noite? Que seja a última vez senhor Deputado, eu nunca lhe falei ao respeito e espero se tratada da mesma maneira. -----

**---LUÍS MIRANDA (PS) –** Começo com uma pergunta dirigida ao Senhor Presidente de Câmara e a pergunta é muito simples, é com esta forma de tratar os

jovens e com este parecer de coligação que o Senhor Presidente quer representar efetivamente a juventude famalicense, é esta a minha questão.-----

--- Eu não queria intervir, não foi o meu Partido que foi beliscado, mas foi a juventude, a geração da qual eu integro que foi beliscada com uma intervenção do Senhor Armindo Gomes. Quer o jovem estar na noite, a estudar, a fazer a revolução, a fazer aquilo que bem entendesse, somos livres de pensamento, de atuação e política. E fica-lhe mal, fica-lhe muito mal Senhor Deputado dirigir-se a um jovem, independentemente de qual seja o seu movimento político do seu partido e referindo-se ao jovem como esteve na noite. O jovem esteve aqui a exercer um direito cívico e de política, o jovem esteve cá contra muitos da sua geração e não se reveem na política. Ou melhor, se calhar hoje percebo o porquê de muita da minha juventude não se reverem na política e nos partidos. Senhor Deputado, a juventude está cá para acrescentar e não é com esse tratamento que honra a juventude, o Senhor também já foi jovem, e digo-lhe, se o seu partido quer preservar a juventude, quer respeitar a juventude e isto não diz respeito só ao jovem Comunista Português, também diz respeito à Juventude Popular e os dirigentes da juventude popular certamente não se reveem com o seu discurso. Porque é com este tipo de discurso que afastamos os jovens da política, a política precisa de continuidade, de seguimento, nós precisamos de atrair os jovens, e isso de trabalhar ou não trabalhar os jovens são livres. Eu também comecei a trabalhar muito cedo, mas não me dá o direito de me dirigir a ninguém dizendo se o senhor andou ou não na política, respeite a juventude. E termino Senhor Presidente, é com este tipo de tratamento à juventude e com este parceiro da coligação que o Senhor Presidente quer efetivamente representar os jovens famalicenses.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – É apenas para fazer uma pequena intervenção, e perguntar ao Senhor Presidente da Mesa e ao Senhor Presidente da Câmara,

quando é que vão meter ar condicionado nesta sala? Tenham um mínimo de dignidade, muito obrigado.-----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO –**

Senhor Deputado, eu presumo que já existe, não ar condicionado, mas ventilação na sala, presumo que foi uma questão de alteração digamos de temperatura anormal que não foi corrigida a tempo, não é normal nesta altura estarmos com esta temperatura. Será corrigido na próxima Sessão. -----

**---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RELATÓRIO DE GESTÃO 2021 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento. -----

**---JORGE COSTA (PS) –** Eu rogo àqueles que tiverem de pagar que leiam o Relatório de Gestão desta Conta de Gerência, está no site do Município para consulta e do interesse dos famalicenses, porque será importante para percebermos aquilo que eu vou tentar partilhar convosco. Queria antes de começar a nossa análise política do PS, pedia ao Senhor Presidente que corrija o formato quer dos Orçamentos, quer das Contas de Gerência, muitos documentos aparecem numa leitura de minúsculas, há letras garrafais em *Caps Lock* para dar destaque, e a seguir quando tentamos perceber eu sinto-me um *Mister Magoo* a ver parte desses documentos. A Câmara estará assim tão carenciada que não consiga imprimir num tamanho razoável e normal esses documentos? E, portanto, é possível apresentar estes documentos com maior facilidade de consulta e não da forma minúscula como tem vindo. -----

- “Apresentou documento escrito do seguinte teor:-----

## Assembleia Municipal

---

A vida política é sem dúvida uma das formas mais sublimes de participação social. Muitas vezes é a discussão política que acaba por fazer mudar o rumo do desenvolvimento. Este efeito é tanto mais conseguido quanto a discussão se tornar num debate sério, assumido e responsável. Esta Assembleia tem, sem dúvida, um papel importantíssimo no estímulo a um exercício político correto e no estímulo ao desenvolvimento de Vila Nova de Famalicão. Cabe a esta Assembleia fiscalizar e censurar o desempenho da Câmara Municipal. No cumprimento desta tarefa a Assembleia deverá apontar tudo o que estiver menos bem ou até errado na gestão do município e evidenciar o contrário se for essa a tônica de intervenção. Assim, a Assembleia Municipal deve assumir o papel de parceiro, indiretamente, corresponsável por essa gestão, o que implica necessariamente uma atitude otimista em relação ao futuro, temperada por uma atitude crítica construtiva. O mundo é dos otimistas, os pessimistas não passam de espectadores. Cabendo à Assembleia apontar o que está bem ou o que está mal na gestão camarária, formulando depois um juízo final de síntese expresso no voto dos Senhores Deputados, saberemos que, em relação a este documento em particular, a ação e principalmente a negligente omissão da Câmara Municipal nos deixam profundas reservas de poder apoiar esta deliberação favoravelmente.-----

Analisados os documentos a sufrágio, infelizmente, constatamos que Vila Nova de Famalicão tem uma Câmara Municipal adormecida e em mera gestão corrente. Não cabe nesta adormecida classificação de gestão corrente nenhuma interpretação estritamente político-partidária e ou filosófica já que ela resulta da mera análise factual do documento que nos trazem aqui hoje para votação.-----

Vejamos um mero resumo do teor de fls 11 a 41 do Relatório de Gestão de onde ressaltam: -----

-----

- A definição de matérias meramente correntes como sejam a mera reparação de tubos e instalação de válvulas de pressão para simples monitorização e trabalhos complementares da rede de saneamento existente, a maior parte dela até obra do PS como sabem, como “Agenda Estratégica para Famalicão Ecológico”.-----
- A definição corrente da recolha de resíduos sólidos, remoção de monstros domésticos e recolha dos cadáveres de 42 gatídeos e canídeos da via pública, é também definida como “Agenda Estratégica para Famalicão Ecológico”.-----
- A definição do objetivo de plantio de 25000 árvores acompanhada da sonegação da informação quanto ao abate simultâneo de outras tantas ou mais, também é definido como “Agenda Estratégica para Famalicão Ecológico”.-----
- A definição das correntes e 370 sazonais podas de árvores como “Agenda Estratégica para Famalicão Ecológico”.-----
- A definição corrente da manutenção dos relvados escolares, piscinas e relvados das rotundas, também é definido como “Agenda Estratégica para Famalicão Ecológico”.-----
- A definição corrente da manutenção dos relvados escolares, piscinas e em rotundas, como “Agenda Estratégica para Famalicão Ecológico”.-----
- Pasmem-se, a definição corrente da manutenção e reparação de fontes como “Agenda Estratégica para Famalicão Ecológico”.-----
- A definição corrente da manutenção e vida quotidiana do Parque da Devesa como “Agenda Estratégica para Famalicão Ecológico”.-----
- A definição corrente da manutenção e adaptação da rede viária através da reconstrução de vários muros, reparações de guarda de segurança, reparação e renovação de pavimentos como “Agenda Estratégica para Famalicão Ecológico”.
- A definição em matéria de transportes do sistema público é conhecido como Interface com alguns municípios vizinhos que é apenas parcial no território e que, infelizmente deixa de fora a generalidade de problemas de mobilidade dos

famalicenses, também isto aparece como “Agenda Estratégica para Famalicão Ecológico”. -----

Portanto, a “Agenda Estratégica para Famalicão Ecológico”, é um chorriho de intervenções correntes do dia-a-dia, é usada para que aos olhos dos famalicenses fosse uma “Agenda Estratégica para Famalicão Ecológico”. Isto é mentira -----

Mas não é apenas nesta área que o PS deu com a Câmara a dormir executando rotineiramente e em essência as tarefas de gestão corrente. Uma nova análise das folhas 42 a 156, nessa análise, esbarramos com iguais problemas e dificuldades. Sob a suposta égide “Famalicão Qualificado” vemos desfilar, entre outros os seguintes itens: -----

- Várias transferências correntes de verbas para as despesas de funcionamento e, ou conservação de edifícios e ação social escolar;-----

- Aprovação da Carta Educativa de Vila Nova de Famalicão, que mais não é que decorrência e obrigação corrente do disposto no Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro em razão da delegação de competências nesta área no Município;-----

- Adjudicações várias de empreitadas de recuperação corrente, algumas de adaptação e ampliação, pintura e substituição de caixilharias em várias escolas; --

- Transferências várias de verbas correntes para suportarem os custos de alimentação e transporte escolar;-----

- Uma panóplia de iniciativas de meros projetos correntes sem se perceber de forma alguma os méritos, os montantes envolvidos, as consequências práticas de quaisquer um dos mesmos que fosse;-----

- Um conjunto de iniciativas que traduzem a vivência corrente de funcionamento da Biblioteca Municipal, respetivos espaços adjacentes e polos;-----

- Verbas destinadas ao aluguer de equipamentos de som, luz e palcos para as atividades normais e correntes do município em sede cultural e recreativa; -----

- Promoção das correntes iniciativas de natureza recreativa anual, de onde imperam as tradicionais Festas Antoninas;-----
  - Atividades correntes múltiplas que englobam a atividade anual e normal da Casa de Camilo, do Museu Bernardino Machado e demais museus e Casa das Artes; --
- Resumindo, a mera descrição fática e repetida anos após ano, apenas com a variação dos respetivos programas de uma vida municipal corrente é plástica e obtusamente classificada com o pomposo epitáfio de “Agenda Estratégica para Famalicão Qualificado.” Isto é, o nosso dia-a-dia, o nosso ram, ram de tudo isto, “Agenda Estratégica para Famalicão Qualificado.” -----
- Infelizmente de novo, também a feição estritamente corrente e adormecida da ação Camarária resulta claramente da análise das folhas 158 a 185 do Relatório de Gestão. Agora sob a denominação “Agenda Estratégica - Famalicão Integrador” aparece um arrazoado de iniciativas que, espremido, esbarra de novo em meras realizações de circunstância corrente: -----
- Na verdade, incluem-se nas rubricas do dito “Famalicão Integrador” os anuais e correntes apoios às Associações de Futebol, as manutenções do Pavilhão Municipal, reparações de equipamentos desportivos já existentes, reparação de piscinas, de parques infantis, tudo matéria de gestão corrente; -----
  - Merece igual destaque a gestão corrente dos pavilhões da Cidade, das Lameiras, da Esquadra da PSP, de Joane, Delães, Vermoim, Vale S. Cosme e a gestão corrente dos diferentes complexos de piscinas municipais; -----
  - Até o funcionamento e manutenção do canil, natural e corrente competência do Município emanada da Lei das Autarquias Locais merece assinalado destaque com a dita classificação de pomposa “Agenda Estratégica - Famalicão Integrador”; ---
  - Senhor Presidente, com a devida vénia, verdadeiramente a única lufada de ar fresco desta contingência e amarração corrente, é o polidesportivo do Louro e que irá engrandecer aquela freguesia, brilho este prontamente ofuscado no plano

Municipal pela referência à quase eterna pista de Atletismo que, mais um novo e repetido ano, reentra na dança. -----

Não é melhor, nem mais animadora, a análise das folhas 186 a 208 do Relatório de Gestão. Sob a denominação “Agenda Estratégica - Famalicão Dinâmico” aparece à cabeça o famigerado *Made In*, iniciativa de profunda e imprópria jactância do Município, mas que ao longo dos anos nada tem aportado de significativo e concreto aos famalicenses já que o grosso do investimento é de iniciativa particular e a generalidade dos apoios decorrem sob a égide do IAPMEI. O Município, na verdade, faz sobretudo ainda que não só, figura de emplastro, colocando-se, ora aqui, ora acolá, colando-se a projetos de investimento de terceiros. -----

Não fica melhor a referência com a extensa renovação da obra do Mercado Municipal com todos os reparos que a mesma oferece e sobretudo com o fervor eleicoeiro de inauguração apesar de toda a área circundante se encontrar inacabada e dificultar o acesso normal ao equipamento, tudo fruto de incongruente planificação e avaliação.-----

Jacta-se de novo o município, referindo-se a apoios ao comércio urbano, quando na verdade, tirou aos comerciantes de Vila Nova de Famalicão aquilo que mais necessitavam no centro da cidade, estacionamento e acessibilidades condignas. Um simples apoio de 15.000,00€ à Associação Comercial de Famalicão aparece referenciado duas vezes, a saber, na página 192 e de novo na página 196 deste mesmo e único Relatório de Gestão. Assim repetido duas vezes sempre parece mais. -----

Por último, rematadas a chave dourada de mera bijuteria aparecem uma série de despesas de conservação do parque habitacional do Município que, analisadas em pormenor, incumbem naturalmente ao senhorio (município), mas que são

delirantemente classificadas sob a égide “Agenda Estratégica - Famalicão Dinâmico”. Que saudades têm os famalicenses de Agostinho Fernandes. -----

Por fim, sob a denominação de “Agenda Estratégica – Famalicão Participativo” são elencadas nas folhas 210 a 286 do Relatório de Gestão uma série de atividades e realizações essencialmente de natureza corrente, atento a normal e regular utilização do património municipal e ou medidas pontuais de mera decorrência do Covid 19, como sejam o simples cancelamento do evento de carnaval e das marchas antoninas que ficaram classificadas na agenda “Agenda Estratégica – Famalicão Participativo”. Senhor Presidente, para ser verdade, já que ambas implicam cancelamentos deveria a dita agenda destes dois relatados cancelamentos ser classificada como “Agenda Estratégica – Famalicão não participativo”. -----

São igualmente elencadas como grandes realizações da “Agenda Estratégica – Famalicão Participativo” a corrente distribuição de pelouros após cada nova eleição, bem como o anual e corrente reconhecimento a famalicenses de destacado mérito através da concessão de medalhas, atividades estas que, apesar de totalmente válidas e de relevo, nada tem de estratégico, mas antes e só de cumprimento da Lei, por um lado e de reconhecimento das figuras de mérito famalicense por outro. -----

Igualmente são elencadas uma série de indemnizações decorrentes da responsabilidade civil extracontratual do município (que decorrem meramente da lei verificados que estejam os respetivos pressupostos), a alteração ou extinção de alguns órgãos como sejam, entre outras atividades, a mera extinção do Conselho Municipal do Consumo ou a instalação do Conselho Cinegético Municipal, tudo meras decorrências correntes da lei e que apontam zero contributos à dita agenda pseudo-estratégica. Mário Passos parece ter aprendido bem as artes de retórica pura e os habituais sofismas do seu político antecessor. -----

São igualmente elencados a mera formalização de uma panóplia de regulamentos que cabem igualmente dentro da alçada de competências locais por mera decorrência da Lei das Autarquias Locais. -----

Figuram igualmente a cedência e ou alinação de uma série de terrenos do município que tantas críticas e reservas tem sido por parte do PS nesta Assembleia Municipal. -----

Por último uma série de despesas correntes como sejam reparações de edifícios e coberturas, ventilação e pintura dos balneários das instalações da Polícia Municipal, a reparação de uma série de vias na Cidade e Freguesias, a reparação de passeios, são a tal “Agenda Estratégica – Famalicão Participativo. -----

Caríssimos, foi só isto que, em resumo e no essencial, esta maioria nos trouxe em 2021! Foi só isto, gestão corrente. Percebe-se por isso que a apresentação do relatório de gestão misture no mesmo saco aquilo que é mera despesa corrente daquilo que é despesa de investimento. A ideia subjacente é a de afirmar que a Câmara continua a andar, mas esconder que está estagnada, que não avança com o outrora avançou impulsionada por outros anteriores líderes no governo municipal. Tenho dito diversas vezes ao Senhor Presidente da Câmara que, infelizmente, não está a passar de um edil novo, encaixotado e prisioneiro de um governo velho, acomodado, impregnado de vícios e manias próprias de quem usufrui de uma maioria absoluta há mais de infindáveis vinte anos. O problema é que qualquer gestão meramente corrente como a levada a cabo por V. Exa. e pelo seu antecessor e agora submetida a sufrágio conduzem o concelho a uma estagnação, desencanto e descontento crescentes. O futuro prepara-se hoje e não estamos a ver nada disso a acontecer. -----

É de lamentar publicamente que, a partir principalmente do edil Paulo Cunha, a comunicação pública da Câmara Municipal que a todos os famalicenses diz respeito tenha começado a fazer-se, essencialmente, com recurso a fortes “chavões

de marketing”, ao estilo “Made In”, “Agenda Estratégica – Famalicão Ecológico, Famalicão Qualificado, Famalicão Integrador, Famalicão Dinâmico, ou Famalicão Participativo”, minuciosamente preparados e enfeitados, mas ocultos de sentido, com o intuito único de enganar os famalicenses e de esconder o progressivo adormecimento da Câmara e o progressivo enredo nas quotidianas questões de mera gestão corrente. Só que, paulatinamente, os famalicenses começam a perceber a falácia em que tem sido acometida nestes últimos anos por esta maioria sem ideias. Prova viva disso são os mais 6517 eleitores que, nas autárquicas de 2021, reforçaram a votação em Eduardo Oliveira e no PS, fartos de falsas promessas e inverdades desta velha maioria. É por isso altura de perguntar ao executivo porque é que, no momento de prestar contas, no relatório de gestão do ano de 2021, se enredou numa amálgama de despesas correntes misturadas com despesas de capital, tudo com o fito único de dissimular o parco investimento realizado e sobretudo o total desinvestimento no futuro. É também altura de perguntar ao executivo porque é que, na pública apresentação de contas do exercício de 2021 não identificou claramente e de forma intuitiva para qualquer cidadão médio famalicense o que foi investimento e o que foi despesa de mera gestão corrente. É também altura de confrontar o município com as manigâncias de contabilidade, para que uma obra pré-existente onde existem pequenas alterações e remodelações venha a ser classificada como se fosse de verdade nova obra de investimento. É sobretudo altura de lembrar ao município que aquilo que de verdade os famalicenses precisam de saber é o que se faz de novo, o que se investe no futuro, o dinheiro associado a investimento que permita atrair novas oportunidades de fixação no concelho aos nossos jovens. Contas de merceeiro não constroem o futuro, e muito menos constroem chavões de marketing pagos a peso de ouro com os milhões que a Câmara gasta no tema e na propaganda vazia de sentido.-----

Fica aqui o reparo Senhor Presidente, para que no próximo Relatório de Gestão a Câmara se explique, se assim o entender, porque deve essa explicação aos famalicenses. Para que explique o que pagou fruto da gestão corrente, que se repete com maior ou menor alteração do figurino todos os anos, daquilo que constitui verdadeira inovação e aposta no futuro. Fica o desafio para que comece a falar verdade aos famalicenses e abandone definitivamente os antigos chavões de marketing ao estilo de Paulo Cunha. -----

Atente-se que o problema não radica apenas na Câmara Municipal já que na Assembleia Municipal, sucessivas vagas de políticos acomodados e comprometidos, tem suportado as decisões da maioria, autorizando sucessivos adiamentos do desenvolvimento do concelho atingido pelo marasmo desta governação acomodada. Será no futuro tudo isto responsabilidade desta maioria gasta, desajeitada e comprometida com os habituais esquemas de poder. Aham que eu acredito, ou que o PS acredita que, V. Exas Senhores Deputados também não veem que a Câmara a cada ano que passa está mais enredada em gestão meramente corrente e ano após ano está mais arredada de investimento no futuro? Vocês não veem o que eu vejo e que todos os famalicenses veem. Ainda não perceberam V. Exas que esta maioria adormeceu, está desacreditada, é preguiçosa e incapaz. Recebe-se o dinheiro, pagam-se as contas, repara-se, adapta-se aqui ou ali, mantem-se o que há e muito ou pouco nada de novo se está a fazer para projetar Vila Nova de Famalicão na senda de concelho satélite de desenvolvimento. Este empurrar da gestão com a barriga para a frente adia, já hoje e por muitos anos, possíveis crescimentos da nossa urbe, adia oportunidades para os jovens, adia o futuro numa única palavra. -----

Estamos serenos quanto às nossas convicções, quanto à razão de que esta execução meramente corrente deixou por fazer e por garantir de diferente aos famalicenses. Por isso, os Deputados do PS não podem votar favoravelmente esta conta de

gerência. A bem do município e a bem de todos os jovens em particular. A vida é muito curta para sermos todos pequenos meus amigos. “ -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Eu fiz uma introdução prévia que me pareceu de fácil interpretação e vou repetir. A Câmara Municipal no ano transato que se refere este documento, abriu a via ciclo-pedonal que liga Famalicão à Póvoa de Varzim. Abriu o novo Mercado Municipal que foi completamente reabilitado e remodelado, inclusive ganhou um prémio por esse facto. Abriu a Loja do Cidadão. Abriu um Centro de Recursos Educativos, Famalicão Inclusivo para ajudar os nossos concidadãos que apresentam handicaps diversos. Abriu um Novo Centro de Recolha Animal, muito elogiado pelo governo do Partido Socialista. Foi o ano que desenvolveu um processo difícil, sendo nós, uma das poucas Câmaras a nível nacional que conseguimos modernizar e digitalizar e com isso para acelerar processos urbanísticos. Somos dos poucos Municípios que concluímos e erradicamos o fibrocimento nas escolas. Somos das poucas Cidades em Portugal e até podia dizer da Europa, temos a Smart City mais evoluída. Foi o ano em que renovamos a Biblioteca Municipal. Foi o ano em que desenvolvemos cerca de 60km de trilhos pedestres porque até à data não tínhamos nenhum. Foi o ano em que iniciamos a reabilitação da Central de Camionagem, como é sabido muito necessitada. Conseguimos concretizar a meta das vinte e cinco mil árvores, sendo também muito reconhecida por vários Ministros que aqui vieram a este propósito ou por outros propósitos. Descentralizamos a Cultura com o projeto MOVE muito reconhecido. Foi um ano da conclusão das obras do Mercado Municipal e do Teatro Narciso Ferreira. Foi um ano do avanço das obras da criação da Rede de Ciclovias Urbanas, bem como, a reabilitação do Centro Urbano. Evoluímos no que diz respeito às várias melhorias nas infraestruturas desportivas e de outras associações. Melhoramos de forma muito significativa a rede viária de todo o Concelho. Evoluímos em cerca de 10% mais da média da Rede de Saneamento

que tínhamos no Concelho e desenvolvemos muitas obras nas Escolas. Disse também, que a Câmara Municipal, no âmbito do contexto pandémico foi reconhecida pela ONU, todos devemos saber do que se trata, da OCDE e do Tribunal de Contas. Fomos reconhecidos por várias entidades que apresentam um conjunto de reconhecimentos públicos, como Município Amigo das Famílias, Município Amigo do Desporto, Bandeira da Ética Desportiva, Bandeira Verde ECOXXI, Selo de Qualidade da Água de Famalicão para consumo humano, Prémio Nacional de Boas Práticas em Bibliotecas Públicas e Municipais que a nossa Biblioteca obteve, Menção Honrosa no Prémio Autárquico de Aristides de Sousa Mendes que reconhece e incentiva os valores universais, humanistas e de justiça que defendemos. Também fomos reconhecidos pela World Council on City Data nos indicadores de serviços e qualidade de vida que existe em Famalicão. Somos sempre muito reconhecidos pelos vários Concelhos que vêm à Câmara de Famalicão verificar as nossas práticas diversas e muito elogiados por isso cujas práticas são replicadas em muitos outros Municípios. Como disse há pouco, vários Ministros do governo anterior vieram a Famalicão elogiar as nossas políticas direcionadas para as Empresas, para as Instituições, para as Associações e para os nossos Concidadãos Famalicense. Portanto eu só posso concluir, se toda a gente avalia positivamente e muito positivamente aquilo que se fez, só os senhores é que não, portanto há aí com certeza défices de interpretação e não sou eu que vou corrigir.-----

**---GERMANO ARAÚJO (PSD) – Fez intervenção escrita do seguinte teor: -----**

---“O ano de 2021 foi um ano difícil de prever, no entanto chegamos ao fim com índices de concretização orçamentais muito bons, de 95% do lado da receita e 80% do lado da despesa, muito idêntico a anos anteriores. O plano para o ano de 2021 foi feito num tempo de grande incerteza devido à situação pandémica provocada pela COVID-19 e no decorrer do ano a camara municipal esteve sujeita a vários

condicionamentos devido à pandemia. No entanto, e passado o ano de 2021, podemos afirmar que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão esteve preparada para os desafios que se impuseram, soube responder à emergência sanitária, social e económica, sem prejuízo da sua ação e dinâmica quotidianas que, apesar de tudo, fez crescer Famalicão. O município de Vila Nova de Famalicão conseguiu manter o seu equilíbrio financeiro e sua robustez económica permanecendo entre os municípios mais saudáveis do país. Manteve o segundo lugar no *ranking* global dos municípios do distrito de Braga, 5º a nível da região Norte e 13º a nível nacional (municípios com mais de 100 mil habitantes). O município de Vila Nova de Famalicão continuou o bom trabalho que tem sido feito relativamente às finanças locais. A gestão autárquica tem sido feita com grande responsabilidade e equilíbrio e, graças a essa mesma saúde financeira, a autarquia conseguiu responder a situações inesperadas, e que valeu inclusive o reconhecimento da ONU, da OCDE e do Tribunal de Contas. O ano de 2021 foi um ano rodeado de expectativa, foi um ano com eleições autárquicas, foi um ano que mudou o presidente da camara e alguns vereadores, foi um ano com alterações importantes e com respostas firmes, sólidas e de encontro com as pretensões dos famalicenses. Se por um lado, Paulo Cunha, quando apresentou o plano para 2021 disse que “o Plano de Atividades e Orçamento para 2021 foi reorientado para dar resposta às exigências provocadas por esta situação de exceção ao nível da saúde pública, que trouxe consigo uma grande indefinição em relação ao futuro”, Mário Passos, após a conclusão do plano afirma, “Foi um ano em que a Câmara acudiu à situação excecional com um Plano de Reação à Situação Epidémica e de Intervenção Social e Económica. Com muita responsabilidade, minimizamos efeitos da crise em setores profundamente atingidos, ajudamos as pessoas que mais sofreram com a situação e estivemos ao lado das entidades de saúde no combate à pandemia”. O documento hoje apresentado, relata o trabalho de 2 presidentes

diferentes, mas com as mesmas convicções e com o mesmo objetivo, o de um município cada vez melhor. Este é também o documento que retrata o mandato 2017 - 2021 e que o PSD se orgulha. A Coligação Mais Acção Mais Famalicão não precisa dos cheques em branco do Partido Socialista, porque, conta não com o cheque, mas sim com o voto dos famalicenseiros nas urnas, como no passado dia 26 de setembro em que os Famalicenseiros autorizaram mais uma vez a coligação “Mais Acção Mais Famalicão” governar por mais 4 anos. Os votos dos famalicenseiros, não são cheques em branco, mas sim cheques de confiança nesta coligação que continua com uma dívida controlada, que continua a usar apenas 19.5% da sua capacidade de endividamento, que continua a pagar a tempo e horas aos fornecedores, que continua com um rácio de autonomia financeira de 86%, que continua a cofinanciar as obras da total responsabilidade do governo central. No ano de 2021 a Câmara Municipal desenvolveu centenas de ações, projetos, medidas e deliberações que refletem a ação de uma autarquia sólida e ambiciosa, promotora de um modelo social cada vez mais sustentável, com uma gestão cuidada e equilibrada dos recursos públicos e uma planificação estratégica orientada para o bem-estar dos famalicenseiros e para a salvaguarda do futuro das gerações vindouras. O ano de 2021 foi também um ano importante a nível de infraestruturas. Foi um ano que se concluíram muitas obras do mandato de Paulo Cunha, obras prometidas no devido tempo aos famalicenseiros. Destaco a conclusão das obras de reabilitação do Mercado Municipal, do Teatro Narciso Ferreira, da via ciclo-pedonal Famalicão Póvoa e o avanço das obras da criação da Rede Urbana de Ciclovias e da Reabilitação do Centro Urbano. O ano de 2021 foi um ano que o investimento nas freguesias e associações não foi parco, houve um aumento das transferências e subsídios superior a 4M€. O município de Vila Nova de Famalicão é um município plural e multifacetado. A gestão autárquica tem que ser cuidada e rigorosa. Preocupa-se o Partido Socialista que a dívida do município

de Famalicão entre 2020 e 2021 aumentou, e é verdade, assim como é verdade que o seu custo baixou 69%, ou seja, o município gastou menos 312 mil euros em juros e gastos similares do que tinha gasto em 2020. Situações destas só são possíveis graças à saúde financeira que o nosso município tem e esta situação tem responsáveis, tem rostos, chamam-se Armindo Costa, Paulo Cunha e Mário Passos. Os números são os números e nós não temos medo de apresentar os números do município de Vila Nova de Famalicão, não temos problemas em assumir que as funções sociais continuaram a destacar-se, sendo esta uma área de intervenção considerada prioritária na prossecução do objetivo de desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida dos munícipes famalicenses e estes gastos representam 67% do total de gastos do município”. --

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Eu vou aqui fazer um resumo do Relatório de Contas, vou fazer um resumo final é uma coisa muito simples, cinco minutos para vermos se a Assembleia acaba hoje. Senhor Deputado Jorge Costa, fez aqui uma intervenção deste Relatório de Contas e posso-lhe dar os parabéns, o senhor esmiuçou todas aquelas duzentas páginas do Relatório. -----

---Este Relatório de Contas de 2021, apoia as Freguesias em 6.755.163,00 €, verba livre - 2.233.119,00 €, isto perfaz um total para as Freguesias de 8.988.282,00 €.

---Iluminação Pública: 2.295 331,00€, Edifícios: 1.864 669,00€. O custo total da Iluminação foi de: 4.160.000,00€. Houve uma redução da despesa com substituição de lâmpadas por Leds no ano de 2021 de 700.000,00 €.-----

---Apoiou o tecido Associativo em 7.094.234,00 €.-----

---Apoios às Famílias, uma Câmara solidária com as Famílias um apoio de 818.341,00 €.-----

---Transportes escolares, apoio de 1.232.727,00 €.-----

---Refeições escolares, apoio de 1.148.012,00 €.-----

---Ação Social escolar, apoio de 534.120,00 €.-----

--- AEC's (Atividades Enriquecimento Curricular), apoio de 287.568,00 €. -----

---Investimento Total: 27.908.961,00 €. - Escolas 1.737.399,00 €; Habitação 1.521.136,00 €; Reabilitação Urbana 2.312.718,00 €; Vias 6.650.880,00 €; Água/Saneamento 3.333.785,00 €; Cultura/Desporto 4.438.183,00 €; Loja do Cidadão 2.435.469,00 €; CROA (Canil/Gatil) 749.859,00 €; -----

--- Dívida:-----

--- dezembro – 2021, 32.227.536,00 €; -----

--- dezembro – 2020, 29.595.912,00 €; -----

--- dezembro – 2019, 31.733.526,00 €; -----

--- Centro Vacinação COVID: 2.267.000,00€ - Responsabilidade do Estado.-----

--- Prazos de Pagamento dívida em 2021: 3,5 Meses / 106 dias. -----

--- Prazos de Pagamento dívida em 2001: 13 Meses / 396 Dias para pagar a dívida.

Isto era a estratégia do Dr. Agostinho Fernandes. O Dr. Jorge Costa, apontou a palavra estratégica não sei quantas vezes em duzentas páginas, mas dou-lhe os parabéns. -----

---**PAULA DOURADO (PSD)** – Fez intervenção escrita do seguinte teor:-----

---“Percurso firme e seguro, é assim que o Presidente da Câmara, Dr. Mário Passos, qualifica o exercício de 2021. E nós partilhamos esta avaliação. Hoje, apreciamos o Relatório de Gestão 2021. Não nos podemos esquecer, contudo, de que este Relatório de Gestão tem uma abrangência maior, pois representa, para nós, a avaliação de um mandato. Um mandato do Dr. Paulo Cunha à frente dos destinos da Câmara Municipal em nome da Coligação PSD/CDS-PP, e a avaliação, por isso, da concretização de um projeto político para o desenvolvimento do nosso concelho. É de enorme justiça reconhecer o legado que nos deixa. Um mandato e um projeto político assumido também pelo Presidente, Dr. Mário Passos, e ao qual emprestou toda a sua energia e convicção e a que deu continuidade, como se vê. O balanço que se fazemos é, pois, muito positivo. Os compromissos assumidos com

os famalicenses estão globalmente cumpridos... apesar da pandemia, apesar da incerteza do contexto atual, apesar de novas e renovadas preocupações e prioridades. O resultado da governação municipal e a virtude das políticas públicas locais mede-se fundamentalmente pela capacidade demonstrada do Executivo de, em momento oportuno, saber ler os sinais de conjuntura, antecipar e estruturar respostas adequadas. E a coligação PSD/CDS-PP tem demonstrado saber fazer isso muito bem.-----

O ano de 2021 foi um ano atípico, representou uma situação verdadeiramente excecional, devido à situação pandémica gerada pela COVID-19. Nunca será demais relembrar e repetir as condições excecionais e os enormes desafios que se colocaram à governação municipal para mitigar os efeitos desta pandemia na vida das pessoas, na vida das empresas, na vida das instituições. Não obstante, a Câmara Municipal soube estar à altura dos desafios, como nos tem habituado aliás. A resposta aos problemas e a antecipação das dificuldades resultantes da pandemia foi eficaz e eficiente. E não somos só nós a dizê-lo. O Plano de reação à situação epidémica e de intervenção social e económica, foi lançado, lembre-se, no dia 31 de março de 2020. Recorde-se que o primeiro confinamento aconteceu a 19 de março de 2020. Em 15 dias apenas foi preparado e lançado um plano de resposta a uma situação inédita, completamente desconhecida e com uma duração e efeitos que não seria possível antever naquele momento. -----

-A implementação deste Plano valeu a Famalicão, desde logo, uma resposta rápida e eficaz aos problemas dos cidadãos e das empresas. -----

-Valeu também o reconhecimento externo. A ONU e a OCDE vieram destacar e reconhecer nos seus respetivos relatórios as boas práticas e a inovação associadas às medidas incluídas neste Plano. -----

-Também o Tribunal de Contas, no seu Relatório, 8/2021, destaca Famalicão como o Município do Norte, fora das áreas metropolitanas, que mais investiu no combate

e mitigação dos efeitos da pandemia, com um investimento contabilizado, entre março de 2020 e março de 2021, que se cifrou em mais de 7 milhões de euros. Famalicão ocupa, no conjunto dos municípios portugueses, o 2º lugar a Norte, e o oitavo lugar no país. Entretanto, até ao final do ano de 2021, muito mais investimento foi realizado neste campo, designadamente no que se refere à componente da saúde e do apoio à vacinação. Senhoras e Senhores Deputados, na área da Economia, uma área por excelência da política municipal, várias medidas são de salientar. Em primeiro lugar, o programa Famalicão MadeIN: -----

- Fomento do empreendedorismo (incubadoras e apoio técnico). -----
- Apoios às empresas e incentivos ao investimento, designadamente benefícios fiscais. -----
- Afirmação do território como ecossistema industrial e de inovação. -----

Este tem materializado uma política com resultados que são por todos reconhecidos. -----

Neste domínio, refira-se, a título de exemplo, o Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal – Made2IN, que representa já um investimento total de mais de 277 milhões de euros, um total de benefícios fiscais de cerca de 3 milhões de euros e a criação de 1494 postos de trabalho. No global das medidas, o Famalicão MadeIN já apoiou a criação de 252 empresas que contribuíram para a criação de 2240 postos de trabalho, com base num investimento total que ultrapassa os 300 milhões de euros. De salientar, também, as medidas de apoio aos produtores locais e a valorização e reconhecimento dos produtos locais, com o Selo MadeIN Famalicão – Produto que é nosso, materializado em ações de Marketplace, ações promocionais, medidas de apoio à internacionalização e acesso a novos mercados internacionais, com mais de 90 produtos reconhecidos. O alargamento da isenção da derrama sobre o IRC a todas as empresas com volume de negócios igual ou inferior a 250.000€ (antes o limite

máximo era de 150.000€). No âmbito do apoio ao comércio, salienta-se o Programa Retomar Famalicão, com um conjunto de medidas excecionais de apoio à economia local, tendo-se registado 354 candidaturas aprovadas, com um apoio financeiro de 326.530,42€, em 2021 (financiamento a 50% das despesas de água, eletricidade e ambiente).-----

Aqui incluem-se ainda as medidas de: - Suspensão das taxas devidas pela ocupação do espaço público; - Marketplace e comércio digital. -----

No âmbito do apoio à restauração, o serviço de entrega gratuita de refeições ao domicílio, em parceria com a Associação de Restaurantes de Famalicão, com um investimento na ordem dos 175.000€. Ainda de salientar a expansão de 2 zonas de acolhimento empresarial, criando condições para o acolhimento e instalação de mais empresas (Cruz e Lousado). -----

No domínio da atração de investimento: -----

- A Medway – Plataforma logística ferroviária (terminal ferroviário de mercadorias), com um investimento previsto na ordem dos 63 milhões de euros. -

- A Triba/Caixaive com um investimento de 50 milhões de euros, com a participação de investimento francês. -----

- A PAFIL, resultante de uma deslocalização de Barcelos para Famalicão, com um investimento de 7 milhões de euros. -----

Muitas outras medidas poderíamos aqui apontar. Contudo, estas demonstram bem o excelente desempenho do Executivo no combate aos efeitos da pandemia e na promoção do desenvolvimento económico e criação de emprego em Famalicão. O Deputado Jorge Costa afirmou há pouco que o MadeIN “nada tem aportado de significativo”, que “o investimento é da responsabilidade do IAPMEI”. Não, Senhor Deputado. O investimento é da iniciativa e da responsabilidade das empresas e dos empresários. O IPAMEI apenas faz a gestão dos fundos públicos, como lhe compete. A Câmara Municipal apoia obviamente as empresas, e cria um

contexto favorável ao investimento das empresas que já cá estão no concelho, e de atração de investimento externo. Perguntem às empresas! Disse o Senhor Deputado Jorge Costa “foi só gestão corrente”. Olhe que não, olhe que não. Famalicão está cada vez mais dinâmico e recomenda-se. Também, referindo-se à Carta Educativa, veio aqui o Senhor Deputado Jorge Costa firmar que “é gestão corrente”. Ora, Senhor Deputado se atentar à definição de Carta Educativa no Web Site do Ministério da Educação verá que se trata de um documento estratégico de planeamento a longo prazo. No DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro, artigo 5º, pode ler-se “A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.” Não, não se trata de gestão corrente como é bom de ver”.

---**PAULO PINTO (PS)** – Fez intervenção escrita do seguinte teor:-----

---“Em 1º lugar temos de contextualizar este relatório de contas. Sendo este o 1º relatório de contas do atual Presidente, e como tal em teoria, só uma parte é da sua responsabilidade, na verdade não o é. Só o é, como Presidente da Câmara, visto que como membro do anterior executivo, já assumia também responsabilidades nos anteriores relatórios, logo essa herança, que é consciente e assumida, diga-se, faz que este relatório possa ser analisado e imputado na sua totalidade a este Presidente da Câmara. Estamos hoje aqui a analisar e votar um relatório, que honestamente, provavelmente não deveria estar aqui hoje. E porquê? Porque sobre ele poderá cair um espectro de ilegalidade e o que o este executivo nos pede é que possamos ser coniventes com essa possível ilegalidade. Porque um facto relevante para a análise deste relatório, é que não nos podemos esquecer da auditoria realizada pela Inspeção Geral de Finanças – Autoridade de Auditoria relativamente

às transferências para as respetivas freguesias que abrangeu o ano de 2019. No ponto anterior, perguntei ao Senhor Presidente da Câmara, se as práticas da Inspeção Geral de Finanças foram detetadas pela Auditoria também no ano de 2020-2021, não me respondeu e ditou algumas afirmações do relatório, muito bem selecionadas dou-lhe esse mérito, mas esqueceu-se de outras. Gostaria de partilhar convosco, algumas das afirmações da auditoria e passo a citar: - “violação do regime legal, insuficiências graves na monitorização, não determinação dos fins públicos em que as verbas livres deviam ser aplicadas, incumprimento do POCAL, falta de fiabilidade na informação dos documentos de prestação de contas”. Relembro que durante a análise do documento homologado referente a 2019, alguns deputados da maioria se referiam ao mesmo como totalmente transparente, aliás numa das intervenções referiu-se por exemplo, e passo a citar: “Foi mais do mesmo na transparência, no rigor e no controlo, continua a transparência na gestão”. Ora de acordo com a informação disponível hoje, isso não correspondia á verdade. Podia ser para a maioria, mas pelos vistos para a Inspeção Geral de Finanças, não o foi. Como referi, estamos hoje a analisar e iremos votar um relatório de contas em que não sabemos se algumas das verbas aqui explanadas, não foram realizadas sobre práticas que a Inspeção Geral de Finanças considerou ilegais. Este facto, porque é um facto, faz com que sobre a cabeça de cada membro desta assembleia municipal esteja o espectro de podermos ser coniventes com uma ilegalidade, e agora não podemos dizer que não sabíamos que tais ilegalidades podem existir, visto que o relatório da auditoria e as suas conclusões já são públicas e são do conhecimento de todos. Senhoras e Senhores Deputados, a cada um cabe a responsabilidade de decidirem se com o vosso voto hoje, querem ser coniventes e corresponsáveis de uma possível ilegalidade. Fica ao critério de cada um. No entanto, e apesar desta importante contextualização, também podemos e devemos fazer uma breve análise a este documento que nos foi apresentado. Este relatório

de gestão e prestação de contas, que temos para análise e votação, é um tipo de documentos que retrata aquilo que realmente foi feito. É neste momento que todos, mesmo os mais céticos ou enganados, têm a certeza de que a ilusão criada no momento da apresentação do plano de atividades e orçamento, ilusão essa alimentada durante todo o ano por uma muito competente e profissional máquina de propaganda, há que o reconhecer, tem o fim, em que essa ilusão se esfuma. Em que a realidade, plasmada através dos números mostra a realidade, sendo esta, muitas vezes cruel para os famalicensenses. E antes de entrar nos números em si, gostaria de analisar aquele que é o texto que o Senhor Presidente da Câmara nos brinda na introdução deste relatório. Nesse texto, realça que este foi um ano de passos importantes, de infraestruturização do futuro do concelho. E alavanca esta informação na conclusão das seguintes obras: a reabilitação do Mercado Municipal, do Teatro Narciso Ferreira, da via ciclo-pedonal Famalicão Póvoa e o avanço das obras da criação da Rede Urbana de ciclovias e da Reabilitação urbana. O PS não foi, não é, nem será contra obras e investimentos que beneficiem os famalicensenses, existem, no entanto, algumas particularidades em algumas destas obras enunciadas, que nos devem fazer pensar e refletir. Honestamente, não nos podemos rever na forma como elas se estão a realizar. Estão-se a realizar e não foram realizadas, porque a maioria ainda não viu o seu término, apesar de em alguns casos, a fita de inauguração já ter sido cortada. Começando pelo Mercado Municipal, realmente uma obra visualmente emblemática, mas que infelizmente parece uma ilha no meio de um autêntico estaleiro de obras, em que está transformado centro da cidade, há demasiado tempo. Aliás falando das obras de reabilitação do Centro urbano, esta obra mais parece uma obra para um mandato, dada a morosidade e derrapagem orçamental que está a ter. O tão apregoado planeamento deixou cair a sua face, e se há algo que salta á vista de todos, embora eu reconheça que nem todos o possam dizer, é que realmente não existe qualquer

planeamento. Constrói-se pala, faz-se demolição de pala, constrói-se pala, volta-se a demolir, realmente algumas intervenções nesta reabilitação fazem-nos lembrar os nossos tempos de criança em que fazíamos construções com legos, para logo depois demolirmos as mesmas e voltarmos a construir outras. O problema é que este constrói, deita abaixo, constrói outra vez, custa dinheiro aos famalicenses e faz com que o centro urbano esteja á demasiado tempo sobre um aspeto de estaleiro constante, que tantos constrangimentos provocam aos famalicenses. Esta que já é uma obra passa mandatos, ou seja, já vem do mandato anterior, e esperemos que não passe para o próximo mandato, mas que ao menos termine neste. Outra obra emblemática apresentada é o Teatro Narciso Ferreira, obra importante, sim senhora, mas cuja inauguração foi o autêntico caos que foi, sem as mínimas condições para o ser, somente com o interesse de cortar a fita o mais rápido possível. Esta inauguração parecia uma inauguração á Hollywood, em que os cenários são muito bonitos, mas que por detrás deles, muitas vezes não existe nada, aqui inaugurou-se, mas faltava muita coisa essencial, como referimos na altura. Relativamente á via ciclo-pedonal Famalicão Póvoa, realmente esta é uma obra que podemos dizer que nos venceu a todos pelo cansaço, visto que estava prometida desde os tempos de Armindo Costa, mas que ao fim de tanto tempo lá surgiu. Relativamente á rede urbana de ciclovias, já referimos no passado, e voltamos a dizer, que em alguns casos, a sua localização resulta em problemas que são incontornavelmente superiores aos benefícios que produzem, como é o caso da zona do centro de saúde, onde a sua localização limita a normal circulação e acesso a esse espaço. Como vemos, parece-nos muito pouco, para apresentar num documento desta importância e para a importância do concelho de Famalicão e o respeito que os famalicenses merecem. Mas neste tipo de documentos, não nos podemos esquecer da velha máxima, os números são como o algodão, não enganam. A retorica, a ilusão essa pode tentar enganar, mas os números não. E

como tal, temos também a obrigação de refletirmos sobre alguns desses números. O passivo corrente cresceu. E refira-se, para um valor total superior á capacidade de cumprimento momentânea do município. Esta evolução é algo que já temos vindo a alertar esta maioria há muito tempo, pode ser que agora finalmente tenham outra sensibilidade. A estratégia de que quem venha atrás que feche a porta, terá de ser mudada. Para bem do município e dos famalicenses. Esta política de continuar a gastar como se não houvesse amanhã terá obrigatoriamente de ter o seu términus. Para bem de Famalicão e dos Famalicenses. As despesas continuam a aumentar, é verdade que em 2021 só aumentaram 7% sendo esse aumento alicerçado pelo aumento das despesas com pessoal e aquisição de serviços. Até aqui nada de novo, esta espiral de crescimento nestas rubricas é algo constante, sendo que muito desse aumento carece de real e cabal explicação, como já muitas vezes questionamos. E por exemplo, relativamente ás despesas de pessoal podemos fazer um exercício de comparação do valor gasto no ano passado com a media do valor gasto durante os dois mandatos do anterior executivo, o que nos permite esclarecer de forma convincente qual é a real tendência. E os números não podiam ser mais esclarecedores, a despesa com pessoal em 2021 foi 15% superior á media do valor gasto por ano, durante os dois mandatos anteriores. Realmente os números não enganam, a estratégia e o planeamento está lá, os € para alimentar essa estratégia, esses, todos nós contribuímos. E aproveitando uma achega do Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, que numa sessão anterior, no contexto de uma questão minha relativamente ao valor excessivo gasto com as avenças por esta maioria, afirmou na altura, que o recurso ás mesmas era absolutamente excecional e que as autarquias só a elas se socorrem para o desempenho de funções sem caráter de permanência, situações em que logicamente, a aí penso que todos estamos de acordo, em que não se deverá avançar imediatamente para o estabelecimento de um vínculo laboral. No entanto, penso que está na altura deste executivo nos

esclarecer devidamente do porquê de uma despesa tão elevada todos os anos nesta rubrica. Senhor Presidente, penso que nos devia esclarecer aqui hoje, que tipo de contratos, com quem, que valores e quais as funções que contam das verbas descritas na rubrica “Pessoal em regime de tarefa ou avença”, de modo a que de uma vez por todas, possamos todos ficar totalmente esclarecidos. Caso não o faça devidamente, serei obrigado a entregar aos serviços da assembleia, um requerimento para que vossa excelência nos possa dar os devidos esclarecimentos. Mas voltando a mais números. Relativamente á aquisição de bens e serviços, o valor em 2021 regressou ao valor absoluto de 2019, valor mais alto deste seculo. E se por um lado, certamente que existem algumas despesas que serão imputadas á pandemia, existem muitas outras que nesta rubrica não forma efetuadas devido á mesma pandemia, como tal uma explicação cabal é devida. Para financiar este devaneio orçamental, é necessário solicitar o contributo dos famalicensees, como é normal. E estes tem ajudado, logicamente, porque os famalicensees não fogem das suas obrigações. Os impostos diretos continuam a aumentar, atingiram o valor mais elevado deste seculo, sendo logico que havia espaço para uma real estabilidade fiscal, ou seja, que a receita fiscal fosse numericamente a mesma. Mas não, continua-se a assobiar para o lado, e apesar de um discurso muito bem elaborado e uma verdadeira ilusão profissional, o certo é que os famalicensees continuam a pagar cada vez mais pelo mesmo. Aliás o valor recebido pela participação na taxa do IRS ultrapassou largamente o que estava inicialmente previsto. Como tal, uma redução mais significativa impunha-se e era mais do que justa. Mas realmente, se calhar não há espaço para reduzir esse contributo dos famalicensees, porque senão teríamos de cortar nas despesas correntes, e provavelmente as avenças e os assessores teriam de sofrer limitações. São opções, ou se opta pelos famalicensees ou se opta pelas avenças e assessores. O PS tem vindo alertar para a necessidade de alteração da estratégia. Como referimos na

Camara, e apesar de uma previsível subida das taxas de juro, com o elevado endividamento que se verifica, aliado às verbas que ficam alocadas ao serviço da dívida, não se vislumbra qualquer preocupação por parte deste executivo. Com um cenário previsível de inflação que se avizinha, estando uma parte da despesa afeta a rubricas muito expostas á inflação, pergunta-se como irá este executivo resolver este problema. Será que a solução, será chamar os famalicenses a contribuir, ainda mais? Esperemos bem que não. Este executivo deverá reorientar a sua estratégia, porque caso este executivo faça a sua parte, de certeza que será possível realizar o muito que ainda falta por concretizar, sem onerar ainda mais os famalicenses, havendo claramente margem para inclusive aliviar o seu contributo. Desde que o executivo faça a sua parte. Da nossa parte, continuaremos o nosso trabalho em prol de Famalicão e dos Famalicenses.”-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Fez intervenção escrita do seguinte teor: -----

---“A apresentação do relatório de gestão e contas do município serve, invariavelmente, para fazer um balanço da capacidade de gestão de quem está à frente dos destinos da Câmara Municipal. Antes de irmos ao relatório em si, não podíamos deixar de parabenizar o Gabinete de Comunicação, que de facto presenteou-nos com 286 páginas da melhor filigrana de marketing populista dos supostos sucessos desta Câmara. Para melhorar, brindam-nos ainda com uma grande foto retrato do Senhor Presidente da Câmara, fazendo-nos lembrar aquelas revistas juvenis em que as folhas do meio eram um grande poster dos supostos ídolos do momento. Bem, agradecer pelo menos por este “voltar no tempo”, mas de facto já dizia o outro senhor “não havia necessidade”. -----

No que ao relatório diz respeito, o número de páginas poderia representar um grande conjunto de iniciativas e medidas. No entanto, analisando olho a olho encontramos um conjunto de medidas que mais não são que “uma mão cheia de nada”. Senão vejamos aqui alguns exemplos retirados deste relatório: - “Promoção

da prática do desporto adaptado, através da lecionação de diferentes disciplinas, a designar: atletismo, adaptação ao meio aquático, natação, boccia, dança e ténis.” (Pág. 177). Quando? Onde? Como? Ninguém sabe! “Promoção da cota social desportiva, tendo como objetivo integrar crianças e jovens até aos 18 anos, em condições socialmente vulneráveis, nas atividades desportivas, vigente desde 2017, tem havido uma parceria entre o Município e cerca de 40 entidades locais.” (Pág. 176). É caso para perguntar, quantas crianças foram integradas? Parece-nos que se trata mais de um trabalho feito pelas associações que propriamente pela Câmara Municipal, não? E podia aqui continuar! Este tipo de elencar de medidas e propostas, trespassa todo o documento e áreas de intervenção municipal, em que se mistura tudo, município, governo, associações e sociedade, tem como único objetivo esconder com excesso o que não se faz. Parece muito, mas tal não passa de ‘muita parra e pouca uva’, como por vulgo se diz. Por exemplo, a palavra Cultura aparece 350 vezes no documento, só aos famalicenses é que não aparece. Num concelho com a dimensão de Famalicão e com a nossa capacidade financeira, exige-se mais, não apenas no número e localização das iniciativas, mas é necessário descentralizar e democratizar. É necessário criar e formar públicos e isso exige um trabalho continuado e próximo dos famalicenses, que os envolva e que os faça ter vontade de usufruir de mais e melhor cultura. Mais cultura, melhor ambiente, melhor Famalicão, é o que pretendemos, e é por isso que insistimos no fecho da malha ferroviária no distrito, que exigimos mais e melhores transportes públicos rodoviários, ao serviço das pessoas e populações, mais parques e despoluição dos cursos dos rios. Defendemos que estes aspetos sejam encarados com seriedade e com projetos de futuro concretizáveis. Estamos no século XXI e os problemas do passado mantêm-se sem alteração de paradigmas, que os tempos de hoje reclamam. Veja-se o caso do saneamento, afirma a camara que já há cobertura a 100 %, mas com recurso ao trator. Mais um ano passou e o saneamento

não chega a todos os famalicenses. Este é de facto um problema central: o município tem capacidade financeira, ano após ano, com orçamentos de milhões que desaparecem e os problemas mantêm-se. Não há uma ideia de futuro, há uma gestão corrente que não sabe potenciar as capacidades deste concelho. Há uma falta de gestão competente e de fiscalização da Câmara, de que o melhor exemplo são os sucessivos atrasos e aumentos de custos da reabilitação urbana do concelho. Afinal quando fica pronto e quanto custou? Quanto custou aos comerciantes os prejuízos destas obras infundáveis e mal planeadas? Que prejuízo teve esta falha de planeamento no desenvolvimento do concelho? Esperamos em breve ver a conclusão destas obras, imaginamos que os foguetes estão encomendados há muito, os discursos escritos. Já os prejuízos duvidamos que sejam possíveis de calcular. Claro que 2021 foi ano eleitoral e isso notou-se, foi ano de inaugurações e festas, nas freguesias muita festa, muita abundância e pouco controle, não somos apenas nós que o dizemos. Embora destas coisas pouco ou nada se fale, parece que houve uma auditoria a dizer o mesmo. E enquanto vamos andando de remendo em remendo, de mau plano para mau plano, investimentos como a variante a poente, adiam-se. Certo, não é apenas responsabilidade desta câmara; o governo e as outras câmaras também têm responsabilidade, mas, há quanto tempo o município desistiu desta obra. Afinal a zona industrial de Lousado está quase servida, que interessa a variante a poente. Interessa e muito e é por aqui que se vê que o futuro não está pensado. Ao mesmo tempo que o passado não se preserva, veja-se o exemplo da ponte da Lagoncinha! para quando uma solução? Não está pensado e em 2021 verifica-se, novamente, a sucessiva entrega de terrenos públicos destinados a espaços verdes para utilização privada. Já toda a gente sabe: projeta-se uma área verde para se aprovar o projeto, passado algum tempo, resolve-se na secretaria! Um concelho como Famalicão, com a sua capacidade, com o nível de qualificação dos trabalhadores do concelho (esses anónimos e que estão ausentes neste

relatório), mereciam mais. Mereciam políticas de habitação que combatam a especulação que se verifica em todo o concelho e que em breve, gentrificará o centro do concelho. -----

Não é isso que queremos para Famalicão e a população e principalmente a nossa juventude, que merece mais. Mesmo aquela que o senhor Deputado do CDS (Armando Gomes) considera que “só anda na noite” ou “não é uma pessoa de bem”! Parece que já ouvir esta frase em algum lado. A juventude que não fica cá, ou vai para outros concelhos ou imigra, em Famalicão, não é por falta de emprego, é porque é caro viver cá e faltam soluções e dinâmicas que envolvam a juventude. Que os façam ser famalicenses. São os nossos jovens a melhor garantia do futuro do nosso concelho, serem eles que no futuro afirmaram que são de V.N. de Famalicão, mas para isso, hoje precisam de soluções e apoio cá. E neste relatório, por entre muitas palavras, não há um sentido de uma ideia que inverta esta tendência. Tudo para os grandes, nada para os pequenos... tarifas, mais tarifas para os pequenos, isso há. Veja-se o aumento da receita corrente e a sua taxa de execução em comparação com a despesa. Há é propaganda, e deixo mais este exemplo: no que ao desporto diz respeito, a mancha associativa agradece todo o apoio financeiro para o desenvolvimento e promoção das mais diversas modalidades. No entanto, não podemos ignorar que mesmo com dinheiro se o associativismo não tiver as condições físicas e materiais, é quase como fazer o pino na calçada portuguesa. Veja-se o caso da Pista de Atletismo, os famalicenses, e muito concretamente os desportistas vão a caminho dos 6 anos em lista de espera. Anúncios há, projeto também, obra, essa adia-se. Mas vamos aos números: ----- Assim, no que toca aos Impostos Diretos, verifica-se que se aqueles que recaem sobre as pessoas significativamente, registaram aumentos no decurso do ano financeiro que totalizaram os 2 965 857.29 €, (IMI, IUC, I.M.T.O.) enquanto a Derrama sobre a atividade económica registou um decréscimo, decerto opcional

do município amigo das pessoas de 770 881,38 €. Não será por acaso do “MADE IN”? O inverso do critério município amigo das pessoas, aconteceu com os rendimentos de propriedade, em que a receita proveniente de Rendas é aumentada de mais 362 970,03 €. As transferências correntes da Administração Pública, embora diminuindo a participação no Iva, também premiaram o município em mais 1 694 164,84, excedendo a previsão orçamental. Na venda de bens e serviços, das quais destacamos a água, saneamento e resíduos sólidos, o amigo critério lá sacou aos famalicenses mais 805 806,75€. Será que comunitariamente não há reciprocidade na amizade? Certamente é verdade! Pois de outro modo não se entende que nos tenham sido retirados 5 446 480,83€. Inacreditável! A acrescer a este quadro, não é que nos aparece a enigmática rubrica “OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL”, orçada com a bonita soma de 23 757 917,42€ e na execução final fica-se apenas pelos 55 123,53€. Mas o que é isto meus senhores? Sejamos sérios! Claro que a previsão de contração de “empréstimos a longo prazo”, igualmente e para não destoar, se ficaria por menos 2 202 508,79€. E chegamos aos valores totais do orçamento e do executado. Enquanto o daquele apontava para o maior orçamento de sempre (136 546 039,17€) o deste executado ficou-se envergonhadamente pelos 111 245 808,32€. Rigores que não estranhamos. Vale-nos ao menos o saldo do ano anterior de 22 101 205,69€. Deste panorama de arrecadação de receitas se iria sentir naturalmente a despesa e investimento. Não vamos perder muito tempo em analisar “despesa e investimento”. Registamos, de imediato, o aumento com as “Despesas com o pessoal” em mais 1 542 122,50€. Se foram melhorias salariais, saudámo-lo. Constatamos que a despesa com a água nos custou mais 310 397,00€ e que os “outros trabalhos especializados” nos levaram mais 1 474 833,22€. Se em relação à primeira a toleramos, o mesmo não o fazemos em relação à segunda, pois nunca nos foi convincentemente justificado o recurso a serviços externos. Estranhamos que desta feita as transferências correntes para

“Instituições sem fins lucrativos” tenham ficado aquém do previsto em mais 95 258,65€. Não tem sido a prática. E chegamos ao investimento. O contraste é flagrante. Repare-se no facto de, para “Escolas, Viadutos, arruamentos e obras, sistema de águas residuais e captação e distribuição de água” o Orçamento ter previsto o montante de 22 956 391,00€ e terem sido executados tão-só 12 972 293,21€. Para onde terão ido os 9 984 097,79€ (nove milhões novecentos e oitenta e quatro mil noventa e sete euros e setenta e nove cêntimos?! Estapafúrdico! Vejamos, mas o ano de 2021 não era ano de eleições autárquicas? Era e foi. Então à boa moda da casa lá tivemos a distribuição de prendas, talvez obras pelas freguesias, como o atesta a generosa “outras transferências de capital para as freguesias”, inflacionando os previstos 3 678 000,00€ para 6 254 183,71€, ou seja, um bodo –não sabemos a que pobres- de mais 2 576 183,71€. -----

Ex.mos Senhores, este é o relatório e contas das vossas opções, do vosso plano e orçamento. As nossas opções e prioridades são outras. Os números são o que são, revelam a capacidade de execução e de planeamento deste executivo, e, sem surpresa, como é habitual, ficamos aquém do esperado. Na discussão do relatório de 2020, a CDU terminou a sua intervenção com porque não é esta forma de gestão que queremos para o nosso município, a qual terá sempre de se pautar pelo rigor e ao serviço, sem discriminações, dos munícipes, a CDU votará contra os documentos em apreço. Passado um ano, não vemos motivos para alterar a nossa posição, continuamos a discordar deste tipo de gestão que não é em benefício da generalidade dos famalicenses. Não acreditamos nos vossos slogans: “o futuro começa agora” ou o “percurso firme e seguro” e por isso votamos contra estes documentos. Exigimos mais para Famalicão”. -----

**---DANIELA TORRES (PSD)** – Fez intervenção escrita que é do seguinte teor:

---“Há precisamente 1 semana que o uso obrigatório de máscaras em espaços fechados deixou de ser obrigatório em Portugal, é altura de fazer balanços, de

destacar algumas das políticas sociais públicas de resposta à pandemia que o município adotou para fazer face à escassez de resposta por parte do Governo. É notório, já há muitos anos que os cuidados de saúde prestados à população famalicense apresentam graves deficiências e a situação só não é pior pelos ótimos e resilientes profissionais de saúde que temos e pelos inúmeros investimentos das empresas e da CM. Esforços estes que foram redobrados com a pandemia da COVID-19, sendo de referir que Famalicão foi o segundo município da região Norte e o oitavo do país que, entre março e setembro de 2020, mais investiu em ações de combate e prevenção à Covid-19, quase 3 milhões de euros nesse período. É de conhecimento que o Município desenvolveu um conjunto de medidas conducentes à prevenção, contenção e mitigação da COVID-19, tendo em conta a situação excepcional da pandemia e o seu impacto no território. A criação de um hospital de retaguarda com cerca de 200 camas, a implementação de um centro de diagnóstico móvel COVID-19, o apoio extraordinário às rendas, o maior apoio às corporações de bombeiros de núcleo da cruz vermelha, a redução do IRS, o alargamento da isenção da derrama às empresas foram algumas das medidas implementadas. Enquanto jovem e membro da Juventude Social Democrata quero destacar 3 medidas que fizeram certamente a diferença na vida dos jovens e dos seus agregados familiares nestes anos pandémicos: - A 1ª foi a criação do regime excepcional para atribuição de bolsas de estudo aos alunos do concelho que frequentavam o ensino superior em virtude da perda de rendimentos por força da COVID-19. No ANO LETIVO 2019/2020, neste regime excepcional foram atribuídas 27 bolsas, um esforço financeiro de 17.400 euros. E no ANO LETIVO 2020/2021, foram atribuídas 44 bolsas, um esforço financeiro municipal de 28.900 euros. -----  
- A 2ª medida que quero evidenciar foi a distribuição de 400 equipamentos informáticos (computadores e tablets) e cerca de 250 acessos à internet (com

tráfego ilimitado), para que os alunos do concelho vissem asseguradas as condições exigidas pelo ensino à distância. É curioso que esta iniciativa tenha sido o resultado da parceria entre o Município, a Federação Concelhia das Associações de Pais e as escolas do concelho. E digo curioso, porque o governo prometeu em abril de 2020 que todos os alunos do ensino básico e do secundário teriam computadores para setembro de 2020, computadores que só chegaram a todos os alunos em 2022. Eis um retrato de um governo incumpridor, por isso é que esta iniciativa foi fundamental permitindo que a escola funcionasse em casa e que os alunos se mantivessem em pé de igualdade na aprendizagem. Por fim, quero destacar a importância da Linha de Apoio Psicológico COVID-19 e do conjunto de aulas de atividades físicas online, que decorrem diariamente na página de Facebook do município. Todos percebemos o quão importantes foram estas iniciativas. Muitas seriam as medidas a destacar e que demonstram a consistência do Plano de Reação à Situação Epidérmica e de Intervenção Social e Económica e a prova disso foi o reconhecimento da ONU e da OCDE ao indicarem o município de Famalicão como um exemplo internacional na introdução de medidas consideradas inovadoras e recomendadas para resposta à Covid -19. Fica assim claro que o município tem vindo a colmatar inúmeras vezes os incumprimentos do Governo e a assumir um papel relevante na prossecução das políticas públicas no âmbito da saúde”.

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Apenas dizer-vos que o CHEGA está genericamente de acordo com o documento apresentado e vai votar favoravelmente. Só o facto de apresentar contas certas já nos satisfaz sobremaneira. Esta verborreia política manifestada pelos Deputados do PS e da CDU, não contribui minimamente para o engrandecimento do nosso Município e não nos interessa. A política local tem necessariamente de ser diferente da política nacional, porque cada Município tem as suas especificidades e necessidades

diferentes. Gostaríamos de fazer alguns reparos relativamente ao documento, mas fá-lo-emos em tempo oportuno. Senhor Presidente faço um apelo, faça lá a Pista de Atletismo para a Deputada Tânia Silva, porque qualquer dia temos alguém aqui a pedir um Campo de Cricket. -----

**--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RELATÓRIO DE GESTÃO 2021 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DEZASSETTE VOTOS CONTRA. -----**

**---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----**

**---JORGE COSTA (PS) – Muito breve, nós tínhamos dito, a CDU disse praticamente aqui, que estas não são as nossas opções, estas não são as opções dos famalicenses, esta continuidade da Direita há vinte e tal anos, mas o PS também não obstaculiza as opções erradas desta maioria, por isso, vai abster-se. -----**

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MOFIFICATIVA, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DEZASSETTE ABSTENÇÕES. -----**

-----  
**---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES  
TOMADAS.** -----

-----  
--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período não houve inscrições e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada à uma hora e quarenta e cinco minutos. -----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM  
EXERCÍCIO**-----

-----**A SECRETÁRIA**-----

-----  
--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças; -----

--- Proposta da Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- Voto de louvor apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. -----

--- Voto de saudação e uma moção apresentados pelo Grupo Municipal da CDU.

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois e três. -----

--- Minutas de ata referentes aos pontos, dois e três. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

# Assembleia Municipal



A series of 25 horizontal dashed lines spanning the width of the page, providing a template for writing or recording minutes.